

PARÁ Industrial

OUTUBRO 2011 • ANO 4 • EDIÇÃO 17



**DESTINO:
EXPORTAÇÃO**

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS APRESENTA
AÇÕES DE INCENTIVO AO FORTALECIMENTO DAS
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO ESTADO

ECNU 1288132
12G1

ENCONTRE O SEBRAE NO PARÁ



REGIONAL BAIXO AMAZONAS

Trav. Floriano Peixoto, 743
Centro - Santarém CEP: 68005-060
(93) 3523-2768
santarem@pa.sebrae.com.br

REGIONAL METROPOLITANA E MARAJÓ

Rua Municipalidade, 1461
Umarizal - Belém - CEP: 66050-350
(91) 3181-9020
belem@pa.sebrae.com.br

REGIONAL CAETÉS

Av. D. Pedro II, 455
Centro - Capanema
CEP: 68700-010
(91) 3462-3015
capanema@pa.sebrae.com.br

ICOARACI

Rua Padre Júlio Maria, 960
Cruzeiro - CEP: 66810-060
(91) 3227-7080
icoaraci@pa.sebrae.com.br

REGIONAL GUAMÁ

Trav. Quintino Bocaiúva, 1862
Centro - Castanhal
CEP: 68740-020
(91) 3721-2210
castanhal@pa.sebrae.com.br

REGIONAL TOCANTINS

Av. Dom Pedro II, 1588,
Térreo Centro - Abaetetuba
CEP: 68440-000
(91) 3751-4581
abaetetuba@pa.sebrae.com.br

REGIONAL XINGU

Av. Pres. Tancredo Almeida Neves
Trav. Bandeirante, 2771
Independente I - Altamira
CEP: 68372-590
(93) 3515-3377
altamira@pa.sebrae.com.br

REGIONAL TAPAJÓS

Rua Antônio Gomes Bilby, 340
Bela Vista - Itaituba
CEP: 68180-270
(93) 3518-2216
itaituba@pa.sebrae.com.br

REGIONAL CAPIM

Praça Clodoval Gonçalves, s/nº
Módulo II - Paragominas
CEP: 68625-970
(91) 3729-7593
paragominas@pa.sebrae.com.br

REGIONAL ARAGUAIA

Rua Sangaipoitã, 43
Núcleo Urbano - Redenção
CEP: 68553-200
(94) 3424-2253
redencao@pa.sebrae.com.br

REGIONAL CARAJÁS II

Rua E, 481
Cidade Nova - Parauapebas
CEP: 68515-000
(94) 3346-1634
parauapebas@pa.sebrae.com.br

REGIONAL CARAJÁS I

Av. Nagib Mutran, 66 B- Altos
Cidade Nova - Marabá
CEP: 68501-570
(94) 3323-5799
maraba@pa.sebrae.com.br

SEMPRE PERTO DE VOCÊ.

0800 570 0800

www.pa.sebrae.com.br





22

Centro Internacional de Negócios da Fiepa apresenta ações de incentivo ao fortalecimento das exportações e importações do empresariado paraense.

14 Como a insegurança fiscal instalada no Pará coloca o Estado em uma situação de desvantagem frente às demais unidades da federação.

18 Pré-vestibular gratuito criado pelo Sesi oferece preparação de qualidade para trabalhadores da indústria que querem ingressar no curso superior.

26 Senai amplia e reforma unidades para aumentar capacidade de atendimento e suprir parte da alta demanda de mão de obra qualificada no mercado paraense.

32 Com apoio do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, empresários conhecem as necessidades do projeto Belo Monte e se preparam para atendê-las.

40 O plebiscito e os impactos da divisão do Estado.

44 O estágio como ação de desenvolvimento de profissionais.

SEÇÕES

- **Editorial**
Pág. 5
- **Radar da Indústria**
Pág. 6
- **Direitos e Deveres**
Pág. 30
- **Vida Corporativa**
Pág. 38

ARTIGOS

- **Alexandre Ramôa**
Pág. 17
- **Nicias Ribeiro**
Pág. 21
- **Carlos Xavier**
Pág. 35
- **João Gomes**
Pág. 43



“A CADA DOIS EMPREENDEDORES POR OPORTUNIDADE NO BRASIL, HÁ SOMENTE UM POR NECESSIDADE.”

ENTREVISTA com o superintendente do Sebrae no Pará, Vilson Schuber. **PÁG.10**

DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ / FIEPA QUADRIÊNIO 2010/2014

PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Shydney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente
 Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente
 Manoel Pereira dos Santos Júnior
 Nilson Monteiro de Azevedo
 Roberto Kataoka Oyama
 Luiz Carlos da Costa Monteiro
 Hélio de Moura Melo Filho
 José Maria da Costa Mendonça
 Luiz Otávio Rei Monteiro
 Juarez de Paula Simões
 Marcos Marcelino de Oliveira

SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário
 Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro
 Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima
 Antonio Pereira da Silva
 Pedro Flávio Costa Azevedo
 Rita de Cássia Arêas dos Santos
 Cezar Paulo Remor
 Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo
 Solange Maria Alves Mota Santos
 André Luiz Ferreira Fontes
 Raimundo Gonçalves Barbosa
 Frederico Vendramini Nunes Oliveira
 Darci Dalberto Uliana
 Fernando Bruno Barbosa
 Neudo Tavares
 Armando José Romanguera Burtle
 Paulo Afonso Costa
 Nelson Kataoka

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro
 Luizinho Bartolomeu e Macedo
 Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos
 João Batista Correa Filho
 Mário César Lombardi

DELEGADOS

Efetivo junto à CNI:

José Conrado Azevedo Santos

Suplentes junto à CNI:

Shydney Jorge Rosa
 Gualter Parente Leitão
 Manoel Pereira dos Santos Júnior



OUTUBRO / 2011
ANO 4 • EDIÇÃO 17

Revista do Sistema Federação das
 Indústrias do Estado do Pará
 (FIEPA / SESI / SENAI / IEL)

temple
 COMUNICAÇÃO

PRODUÇÃO

Travessa Benjamin Constant, 1416
 Bairro Nazaré | Cep: 66035-060
www.temple.com.br
temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro
 Edição: Rosana Maciel
 Projeto gráfico: Calazans Souza
 Tratamento de imagem e diagramação:
 Antonio Machado e Márcio Euclides
 Reportagens: Dina Santos, Débora Mcdowell,
 Fabrício Santos, Lorena Nobre,
 Nathalia Petta e Yuri Age.
 Foto da capa: Marcelo Lélis
 Revisão de texto: Karlene Monteiro
 Revisão de conteúdo: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação
 (91) 3205-6526 / 3205-6500
 Impressão: Marques Editora
 Tiragem: 15.000 exemplares

** As opiniões contidas em artigos assinados são de
 responsabilidade de seus autores, não refletindo
 necessariamente o pensamento da FIEPA.*



FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL

www.fiepa.org.br

Assessoria de Comunicação da Fiepa
 Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)
 (91) 4009-4900 / 3224-1995
 Comentários e sugestões de pauta: ascom@fiepa.org.br

twitter

Siga o nosso perfil
 @sistemaFIEPA



SESI: 65 ANOS APOIANDO O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

JOSÉ CONRADO SANTOS
PRESIDENTE DO SISTEMA FIEPA

O governo federal enfim despertou para dar o devido suporte à indústria brasileira que, ao longo dos últimos sete anos, vem perdendo espaço no mercado internacional e até mesmo no consumo interno para países como China, Japão e Índia. A ausência de ações para dar maior competitividade impediu um crescimento mais expressivo da indústria nacional. Espera-se que agora, com o Plano Brasil Maior, este importante setor da economia volte a registrar resultados mais expressivos, empregando mais e desenvolvendo as regiões brasileiras.

No entanto, muito antes da iniciativa pública buscar por soluções para a recuperação do fôlego industrial, foi a própria indústria que criou mecanismos na tentativa do seu fortalecimento e dos impactos positivos que isto causaria em nossa sociedade. O Serviço Social da Indústria (Sesi), que em julho passado completou 65 anos, é exemplo de uma instituição vencedora e que, ao longo dos anos, vem dando amparo à indústria brasileira.

Atuando diretamente nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer e responsabilidade social, o Sesi é um importante braço da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por meio das suas 1.963 unidades espalhadas pelo Brasil, a entidade já beneficiou centenas de milhões de trabalhadores da indústria e seus dependentes, possibilitando, assim, que as empresas de nosso país passassem a atuar de maneira mais concentrada na área econômica.

No Pará, o Sesi transformou não só o chão de fábrica como também a visão do empresariado local. Incentivados pelos resultados impactantes da mudança social proporcionada pelo Sesi, nossos empresários vêm, cada vez mais, fortalecendo esse círculo do bem, levando mais educação, saúde, cultura, esporte, lazer e princípios de cidadania à nossa sociedade.

O primeiro a fazer rodar este círculo virtuoso que é o Sesi foi Almir Blanco de Abruñhosa Trindade. Na função de superintendente da entidade, doutor Almir dedicou mais de 50 anos de sua vida para a missão de desenvolver o Sesi no Pará e apoiar o setor industrial.

Tido como o “Pai do Sesi”, doutor Almir levou dignidade à população dos municípios paraenses mais remotos. Importante destacar que, desde sua concepção, o Sesi nunca esteve no aparato do governo. Mantido pelo setor privado, a entidade desenvolve ações de cunho social não só para permitir que o empresário foque mais no lado econômico, mas também para elevar a qualidade dos serviços públicos.

A missão de doutor Almir não foi nada fácil. Para implantar a nova entidade no Pará, ele teve, muitas vezes, que abdicar de momentos na companhia da família para se dedicar à causa. Braço direito do então presidente da Fiepa, Gabriel Hermes Filho, o “Pai do Sesi” foi responsável pela construção de grande parte do patrimônio da entidade. Porém, mais que executor das obras físicas, doutor Almir disseminou entre os colaboradores do Serviço Social da Indústria os valores que prepararam o terreno para que a entidade se tornasse o que é hoje: um exemplo de doação que se materializa em ações como o Ação Global e o Esporte e Cidadania.

Anteriormente à política de auxílio-alimentação, em sua gestão como superintendente do Sesi, doutor Almir criou uma espécie de reembolsável que facilitava em muito a vida dos colaboradores da entidade. Ele adquiria gêneros alimentícios de toda a ordem a preço de atacado e os revendia com o mesmo preço para os funcionários do Sesi.

Sem visar ao lucro e dono desta visão empreendedora, doutor Almir criava um espaço de trabalho mais harmonioso, propício para que os colaboradores se dedicassem às áreas de atuação do Sesi, apoiando assim o desenvolvimento da indústria local e, mais que isso, levando dignidade para todas as regiões do Estado do Pará. ☑



Ilustração: Wilson Vicente

RADAR DA INDÚSTRIA

DESIGN PARAENSE GANHA DESTAQUE

Belém recebe pela primeira vez a edição da Casa Cor, mostra de arquitetura, *design* e paisagismo. Instalada no prédio do antigo Batalhão de Polícia Militar do Pará, em Belém, a Casa Cor Pará tem como proposta unir a cultura do Estado às últimas tendências do setor, destacando a sustentabilidade nas propostas. A mostra fica aberta ao público para visitação até 16 de novembro. Setenta espaços decorados apresentam o trabalho de 134 profissionais das áreas da arquitetura, decoração, design e paisagismo da cidade. Sesi e Senai são patrocinadores do evento. A edição paraense acontece nos 25 anos da Casa Cor Nacional, considerada o maior evento da América Latina nas áreas de arquitetura e decoração, e presta homenagem a quatro personalidades paraenses: o esportista Lyoto Machida, o *chef* de cozinha Paulo Martins, a cantora Fafá de Belém e o estilista André Lima.



Fotos: Lorena Nobre



PARÁ JÁ É DESTAQUE EM MANAUS

Entre os Estados participantes, o Pará terá a maior delegação nos Jogos Regionais 2011 do Sesi, que acontecerão de 10 a 15 de novembro, em Manaus (AM). Serão 164 atletas trabalhadores, de 17 empresas. Esta também é a maior delegação que o Sesi Pará levará a uma edição dos Jogos Regionais. "Vamos participar das 10 modalidades que a competição oferece, entre esportes coletivos e individuais. Acredito que esse número é resultado da maior valorização do empresário ao bem-estar e qualidade de vida do seu colaborador. Afinal, se ele libera seu funcionário por cinco ou seis dias para competir, é porque ele acredita no potencial dessa atividade. E é claro que o próprio trabalhador também fica mais confiante com esse apoio", pondera Éder Palheta, gerente de Cultura, Esporte e Lazer do Sesi Pará.



↳ Lorena Nobre

SENAI CASA ABERTA

A maior exposição de cursos e serviços técnicos e tecnológicos do Senai chega a sua segunda edição no Pará, e abrirá as portas de 12 unidades operacionais, em outubro, para que estudantes, empresários e trabalhadores possam conhecer de perto o que o Senai faz de melhor. Serão três dias de palestras, exposições, oficinas e visitas técnicas. Em 2011, mais de seis mil pessoas visitaram três unidades pilotos do Projeto do Senai em Belém, Barcarena e Parauapebas.



↳ Foto: Tarso Sarraf

3ª COPA SESI ATLETA DO FUTURO

Entre 7 de setembro e 5 de novembro, 960 jovens atletas, divididos em 48 equipes, participam da 3ª Copa Sesi Atleta do Futuro, na modalidade futebol de campo. A competição está dividida em três categorias: sub-13, sub-15 e sub-17. Os jogos acontecem todos os sábados e domingos no campo de futebol do Sesi Ananindeua.

A competição foi aberta a toda a comunidade, recebendo não só os jovens do Programa Sesi Atleta do Futuro, como também equipes de clubes, projetos sociais, empresas ou qualquer outro time federado. No total, serão 96 partidas. As equipes campeãs serão premiadas em novembro.

RADAR DA INDÚSTRIA



Arquivo CNI

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Pronatec, programa do governo federal lançado pela presidente Dilma Rousseff para ampliar o quadro de profissionais qualificados e suprir a demanda das empresas, foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em tramitação no Senado. Se o projeto de lei for sancionado pela presidente, pelo menos 220 mil alunos devem ir para a sala de aula ainda em 2011. Enquanto os senadores avaliam o projeto, representantes do governo, do Senai, das redes federais e estaduais de educação profissional e tecnológica e do Senac acertam os detalhes para colocar o Pronatec em prática. Ainda neste ano, o Senai nacional será responsável por 80 mil das mais de 200 mil matrículas programadas. Só no Pará, o Senai expandirá em 2,5 mil o número de vagas, além das 41 mil previstas para fechar o ano. As aulas para os estudantes inscritos no Pronatec estão previstas para iniciar no dia 21 de novembro.



Tarso Sarraf

FIIPA ASSUME PRESIDÊNCIA DO COMTUR

O vice-presidente da Fiipa, Gualter Leitão, tomou posse como presidente do Conselho Municipal de Turismo (Comtur). O órgão, vinculado a Belemtur - Coordenadoria de Turismo de Belém, tem como objetivo a tomada de decisões para a promoção de políticas de desenvolvimento da atividade turística na capital paraense. O novo presidente do Conselho está articulando com as outras entidades de classe para envolver o setor privado no centro de debate de proposição das políticas de fomento ao turismo local, atividade que impacta positivamente em mais de 60 segmentos produtivos, aquecendo o mercado interno.



AVENTURA A FAVOR DA PRODUTIVIDADE

Troque uma reunião por uma manhã de escalada. Substitua um dia intenso de produção por um dia de sobrevivência na selva. Esqueça o uniforme e coloque roupas e tênis confortáveis. Esta é a proposta da Gincana de Aventura do Sesi Pará, uma aposta da entidade para oferecer às empresas do Estado uma nova oportunidade para estimular o trabalho em equipe, melhorar a produtividade e integrar os seus funcionários.

Em agosto, a equipe do Sesi Ananindeua promoveu a segunda etapa deste ano da Gincana de Aventura no Parque Ambiental do Utinga, em Belém. Sete empresas industriais participaram da competição com cerca de 50 trabalhadores: Ocrim Ananindeua, Ocrim Belém, Cikel, Fly Refrigerantes, Abatedouro Solon, Beraca e Itaipú Norte.

De acordo com Dário Silva, gerente do Sesi Ananindeua, colocar os funcionários em situações onde o trabalho em equipe seja imprescindível os obriga a estabelecer uma relação sólida. “Se a atividade envolver a criação de estratégias e algum risco, entram no ‘pacote de benefícios’ a criatividade, a confiança e o comprometimento”, destaca.

O VALOR DAS MPES PARA O BRASIL

O Sebrae no Pará tem um papel importante para a criação de um ambiente favorável aos pequenos negócios paraenses, trabalhando em várias frentes, como: contribuição para regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em todos os municípios paraenses e incentivo à formalização e capacitação do Empreendedor Individual. O diretor-superintendente do órgão no Pará, Vilson Schubert, fala sobre esses e outros assuntos nesta entrevista concedida à Pará Industrial.

Qual a importância dos pequenos negócios para a economia do Brasil e do Pará na geração de emprego e renda?

As micro e pequenas empresas (MPE) representam 99% das empresas brasileiras. Nacionalmente, as MPE são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais. Esses dados revelam a grande importância que o segmento tem para a economia brasileira. No Pará, também, 99% das empresas são MPE e temos hoje uma média de 700 empresas sendo abertas por mês, responsáveis pela maior parte da geração de emprego regular. O cenário é ainda mais positivo por conta dos grandes investimentos no Estado, como Belo Monte, em Altamira, e Alpa, em Marabá. Vale ressaltar que, para acompanhar esse movimento, o Sebrae desenvolve projetos para inserir as MPE nesse contexto de desenvolvimento, seja como fornecedoras diretas das grandes empresas, seja para atender à demanda gerada pela população das localidades.

O brasileiro é mesmo um povo empreendedor?

Sim. As pesquisas apontam que a taxa de empreendedorismo é de 17,5% da população adulta (18 a 64 anos no Brasil), enquanto na China a taxa é 14,4%. O índice no Brasil é o maior entre os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e também o maior do G20, que reúne as principais economias do mundo.

Mas ele ainda empreende mais por necessidade?

Não. Dados atuais apontam que a cada dois empreendedores por oportunidade no Brasil, há somente 1 por necessidade (desemprego, por exemplo). Isso mostra que o empreendedorismo cresceu com qualidade no País.

Empreender no Brasil ainda é difícil?

Ainda é preciso superar muitos desafios, mas empreender no Brasil já foi bem mais difícil. Hoje, temos a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que simplificou a vida do empresário e criou a figura do empreendedor individual, entre outros benefícios. ➔

6 AS PESQUISAS APONTAM QUE A TAXA DE EMPREENDEDORISMO É DE 17,5% DA POPULAÇÃO ADULTA (18 A 64 ANOS NO BRASIL), ENQUANTO NA CHINA A TAXA É 14,4%. O ÍNDICE NO BRASIL É O MAIOR ENTRE OS BRICS (BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA) E TAMBÉM O MAIOR DO G20, QUE REÚNE AS PRINCIPAIS ECONOMIAS DO MUNDO."





Como surgiu a necessidade de uma legislação específica para as MPEs?

A história comercial brasileira vem mostrando que nos últimos 50 anos começaram as movimentações para definir uma lei das MPE. Ao longo do tempo, foi crescendo a necessidade e a pressão da classe empresarial por uma legislação específica para os pequenos negócios, que criasse um ambiente favorável à sua criação e sustentabilidade no mercado. O primeiro Estatuto da Micro e Pequena Empresa é de 1984 (Lei 7256/1984). Depois dele, mais dois foram aprovados (Lei 8.864/1994 e Lei 9.841/1999) até a sanção da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em vigor, que é a 123/2006. Para chegar à legislação atual, tão sonhada há décadas, foi preciso uma luta conjunta, pois ela é resultado de uma construção coletiva dos pequenos negócios de todo o Brasil que se uniram à sociedade e buscaram apoio do poder público. Aqui no Pará, realizamos, em parceria com o poder público, entidades como associação comercial, Federação de Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep), Faepa, Fiepa e a classe empresarial em geral, vários eventos de mobilização da sociedade para a aprovação da 123 (Lei das MPE), entre eles debates, carreatas e marchas a Brasília.

E O que dita a lei geral das MPE?

Resumindo, ela legisla em vários aspectos, como compras governamentais, participação em licitações, inovação e tecnologia, exportação e tributação, com destaque para o Simples Nacional, ou Super Simples, como foi batizado o capítulo tributário da lei, que veio para por fim na tributação injusta e asfixiante que em nada contribuía para o crescimento dos pequenos negócios, além de simplificar a arrecadação de impostos (com um sistema de imposto diferenciado) e a contribuição da previdência. Com isso, gerou facilidades para a empregabilidade e reduziu a carga tributária. Aliás, simplificar é a palavra-chave da lei.

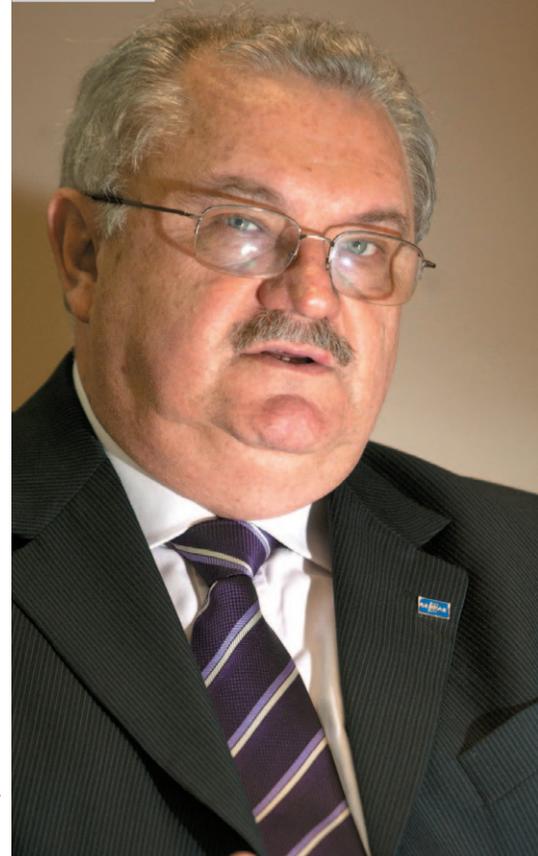
Qual é a realidade da lei no Pará?

A legislação é de âmbito nacional, mas, para valer, precisa ser regulamentada e implementada nos municípios, onde realmente as coisas acontecessem. No Pará, atualmente, 70 dos 144 municípios já têm a legislação regulamentada, faltando apenas dois para batermos a nossa meta para 2011. Quanto à implementação, ainda estamos com ações pontuais, mas acelerando o passo.

Na prática, o que significa regulamentar e implementar a lei?

Regulamentar é o primeiro passo para fazer valer a lei. O gestor municipal elabora o texto geral e o submete à aprovação da Câmara dos Vereadores que, após a aprovação, encaminha novamente ao executivo municipal para a sanção. Já para a implementação, há quatro pilares: Sala do Empreendedor, Compras Governamentais, Agentes de Desenvolvimento e Empreendedor Individual – incentivo à formalização. Mas, vale destacar que para que isso tudo aconteça, é necessário vontade do governante e do legislativo e entendimento da importância da legislação para desenvolver os municípios e a qualidade de vida dos munícipes. Também é muito importante que a classe empresarial participe desse processo, tendo um papel atuante para que a lei vigore no município.

Fotos: Tarso Sarraf



PARA CHEGAR À LEGISLAÇÃO ATUAL, TÃO SONHADA HÁ DÉCADAS, FOI PRECISO UMA LUTA CONJUNTA, POIS ELA É RESULTADO DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DE TODO O BRASIL QUE SE UNIRAM À SOCIEDADE E BUSCARAM APOIO DO PODER PÚBLICO."

O que é o empreendedor individual?

É uma condição especial para manter uma atividade econômica regularizada. Criado pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, entrou em vigor no dia 1º de julho de 2009. É a pessoa que trabalha por conta própria, que pode ter até um empregado, não é sócio de outra empresa ou tem filial, e, atualmente, fatura até 36 mil ao ano – a partir de 2012, a faixa de faturamento será de 60 mil/ano. O registro é feito no www.portaldoempreendedor.gov.br, gratuitamente, recebendo o CNPJ na hora. São mais de 450 ocupações que se enquadram na legislação, como cabeleireiras, borracheiros, manicures, tacacazeiras, entre outras. Mas, é importante que antes de se formalizar o interessado consulte a prefeitura para saber se o local onde exerce ou pretende exercer a atividade está de acordo com as normas municipais. Também orientamos as pessoas a buscarem o máximo de informação possível sobre a atividade a ser desenvolvida. O Sebrae presta orientação por meio da sua Central de Relacionamento (0800 570 0800), nos balcões de atendimento em Belém e nos escritórios regionais. Também em Belém, todas as quartas-feiras, pela manhã e à tarde, há palestras com o tema, na sede da instituição.

Quais as vantagens de ser um empreendedor individual?

Além de ter o CNPJ, o que o habilita a conquistar novos clientes, como governos, o empreendedor individual adquire direitos previdenciários, como aposentadoria, auxílio-maternidade e auxílio-doença, pagando até R\$ 33, 25 por mês.

Há também um esforço para atender beneficiários do bolsa família, não é?

Sim. O Sebrae é parceiro do governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no Plano Brasil Sem Miséria por meio de dois programas: Negócio a Negócio, que leva até o empreendedor orientação gratuita e personalizada para melhorar a gestão e o desempenho da empresa; e Território da Cidadania, que será aplicado em pequenos e médios municípios, com assistência às localidades com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. No Pará, em 2011, a atuação do primeiro programa será na região metropolitana de Belém, sendo expandindo para todos os municípios em 2012. Já o trabalho do Território será em 104 municípios que integram as regiões do programa, que são: Baixo Amazonas, Baixo Tocantins, BR 163, Marajó, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sul Do Pará/Alto Xingu e Transamazônica. No total, o governo federal pretende atender cerca de 102 mil empreendedores individuais que atualmente recebem o Bolsa Família em todo o Brasil, com ações de assistência técnica, consultorias e treinamentos.

Como empresários e empreendedores podem chegar até o Sebrae?

Nós temos 11 escritórios regionais (Abaetetuba, Altamira, Belém, Itaituba, Capanema, Castanhal, Marabá, Parauapebas, Paragominas, Redenção e Santarém), além de cerca de 20 postos de atendimento, todos eles com pessoas capacitadas para atender e orientar empresários e empreendedores, que também podem ser atendidos por meio da nossa Central de Relacionamento (0800 570 0800). ➔



NO PARÁ, ATUALMENTE, 70 DOS 144 MUNICÍPIOS JÁ TÊM A LEGISLAÇÃO REGULAMENTADA, FALTANDO APENAS DOIS PARA BATERMOS A NOSSA META PARA 2011. QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO, AINDA ESTAMOS COM AÇÕES PONTUAIS, MAS ACELERANDO O PASSO."



Setor produtivo clama por incentivos

A AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA TRADUZ O POSICIONAMENTO DO SETOR DIANTE DAS MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO PAÍS

De acordo com o Relatório Global de Competitividade 2011-2012, do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa a 53ª posição no *ranking* geral dos países mais competitivos do mundo. A lentidão da burocracia, a falta de mão de obra especializada e condições precárias de infraestrutura são os principais problemas para a atração de um volume maior de investimentos. A pesquisa não detalha a situação dos Estados brasileiros, todavia, lideranças do setor produtivo paraense reclamam da fraqueza da política de incentivos e de seus instrumentos pouco agressivos, que deem ao Pará condições de competir com os Estados da Amazônia e da Região Nordeste.

No primeiro semestre deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a Lei de Incentivos que vinha sendo operada pelo Distrito Federal e seis Estados, entre eles o Pará. “A insegurança com relação à concessão de benefícios relativos ao ICMS é muito grande. Nenhuma Lei de Incentivos que está vigorando pode ser declarada inconstitucional, isso porque para que as matérias se tornem legais é preciso da anuência do Confaz (Conselho Nacional

de Política Fazendária), que só aprova com a unanimidade dos seus membros”, explicou o assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado do Pará, José do Egypto Soares Filho.

Segundo o assessor econômico, mesmo o STF tendo declarada inconstitucional da Lei de Incentivos do Pará, isso não quer dizer que o Estado esteja sem conceder benefícios relativos ao ICMS. “A guerra fiscal obriga os Estados a se manterem, infelizmente, nessa situação de inconstitucionalidade. Quando uma lei é declarada inconstitucional, as instituições estaduais criam novas leis, para que assim não percam futuros investimentos em seus territórios, mantendo esse clima tenso entre os Estados”, analisou. No que se refere ao Pará, a matéria declarada inconstitucional foi a Lei de Incentivos de 1993 (nº 6.780/93) criada no governo Jader Barbalho. Porém, outras leis e decretos continuam em vigor por conta da guerra fiscal.

Apesar das atuais leis e decretos, o presidente da Fiepa, José Conrado Santos, afirma que o Pará vive uma situação de desvantagem frente aos demais Estados brasileiros. Uma das causas é que o Estado foi

um dos últimos a adotar uma Política de Incentivos Fiscais, em 2002, enquanto outros já tinham políticas consolidadas especificamente para o setor produtivo, atraindo investimentos e contribuindo para a expansão da produção local. Antes da política, os investidores paraenses contavam apenas com leis e decretos setoriais, sem pensar no desenvolvimento da cadeia produtiva.

Para Conrado, “a agressividade de atração que outros estados têm, não apenas em nível de incentivos fiscais, mas na oferta de espaços para a implantação da empresa, de outros benefícios ligados a área municipal e até dando infraestrutura para que a empresa se instale lá, vem fazendo com que o Pará perca um grande volume de novos investimentos”, afirmou.

Nesse sentido, a Agência de Desenvolvimento defendida pela Fiepa tem como um dos objetivos reunir todas as informações necessárias aos investidores em um só local. A finalidade pode parecer simplória, no entanto, o presidente da Fiepa ressalta que, tendo apenas um local para que o empresário de fora do Estado consulte, conheça e se informe sobre as vantagens e benefícios de investir em território paraense, economizaria tempo do investidor, além de organizar os processos e ações de atração em um único espaço.

Além dessas atribuições, algumas Agências de Desenvolvimento, como a do Estado de Pernambuco, também atuam em conjunto com a Secretaria da Fazenda para a análise de projetos e concessão de incentivos fiscais para as empresas. “Acredito que, se o Pará fizer o mesmo, contribuirá para a criação de um ambiente mais favorável aos negócios. Temos que pôr um basta. Nesses últimos anos, o Pará perdeu muitos investimentos que tinham este território como primeira opção, mas que deixaram de vir para cá por desvantagens competitivas”, enfatizou Conrado.

Outro pleito do setor produtivo para a criação de um ambiente favorável para a atração de novos negócios trata da flexibilização do pagamento de tributos. Desde 1º de julho de 2011, a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefa) baixou a Instrução Normativa 012/11, restringindo o parcelamento de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Antes da publicação da Instrução, os empresários paraenses que importavam máquinas e equipamentos tinham a possibilidade de parcelar o ICMS, 7% de alíquota do valor total do bem, em até 120 meses. “Isso possibilitava que as empresas, que investem na modernização, ampliação e diversificação da produção, pagassem pelo bem a partir do momento em que o objeto em questão começasse a produzir, sem que para isso fosse preciso utilizar o capital de giro”, explica Soares Filho. ➔

RESOLUÇÕES

O atual governo começa a publicar as primeiras resoluções de concessão de benefícios fiscais, fruto da aprovação dos pleitos do setor produtivo paraense. Embora em ritmo mais lento que aquele praticado em outros Estados, as resoluções atendem parte da expectativa dos empresários, que clamam por uma Política de Fomento Estadual.

Na avaliação do empresariado paraense, da forma que os benefícios vêm sendo concedidos, sem o aproveitamento dos créditos relativos aos insumos, todos ligados diretamente à produção industrial, a magnitude dos incentivos fiscais fica reduzida, tendo como consequência a perda de competitividade e produtividade das empresas localizadas no Pará. Isso porque os demais Estados, em especial os da Região Nordeste, permitem esse aproveitamento na apuração do imposto devido para, só após a contabilização do custo final, aplicar o benefício.

“Se o Estado acha que não é devido ou legal esse aproveitamento do crédito relativo às aquisições exclusivas ao processo produtivo, o que dirá dos demais entes federativos que praticam há muito esse processo? Aliás, como tudo é inconstitucional, porque não empurrar o andor e esperar a famigerada reforma tributária? Aí sim, acaba de vez com essa guerra fiscal”, critica Soares Filho.

LEIS E DECRETOS

Fundamentada na Lei nº 6.489/02 e regulamentada pelo Decreto nº 5.615/02, no governo Almir Gabriel, a Política de Incentivos do Estado do Pará vem concedendo benefícios fiscais ao setor produtivo com o objetivo de dinamizar a economia local. Em 2009, o governo Ana Júlia redigiu a Lei nº 7.242/09, que regulamentava a nova Política de Incentivos do Estado do Pará, incluindo benefícios não apenas tributários, mas também financeiros, ao transformar o Fundo de Desenvolvimento do Estado (FDE) em um fundo para o desenvolvimento sustentável.

Às empresas que vierem a se instalar na Zona de Processamento de Exportação – ZPE, localizada no município de Barcarena, na região metropolitana de Belém, são oferecidas condições especiais com base na Lei nº 7.400/10.

Fora a Política de Incentivos, o Pará também opera com leis setoriais de tratamentos específicos: Indústria do Pescado (Lei nº 6.912/06), Indústria em Geral (Lei nº 6.913/06), Indústria da Pecuária (Lei nº 6.914/06) e Agroindústria (Lei nº 6.915/06)

Sidney Rosa, secretário especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção do Estado, fala sobre a política fiscal do Estado

Apesar do STF ter declarado inconstitucional a Lei nº 6.780/93, o Estado continua operando sua política de incentivos?

A lei que foi declarada inconstitucional foi a do Governo Jader Barbalho. Estamos operando normalmente com os incentivos regulamentados por outras leis e decretos.

A situação de insegurança jurídica por conta da inconstitucionalidade de leis e decretos é um grande problema para a economia brasileira. De que forma o Estado do Pará pode contribuir para pôr fim a essa situação?

Essa situação é empurrada pela guerra fiscal entre os Estados, que poderá ter fim com a reforma tributária. Acontece que o governo federal parece não querer a reforma, pois na verdade ele domina 70% do bolo tributário. Mesmo transferindo o recurso para os Estados e municípios, o governo federal continua com algo entre 55% a 60% dos tributos arrecadados. Enquanto a reforma não ocorrer, os Estados vão se valendo de incentivos, mesmo sem a anuência do Confaz. Não vejo como dar segurança jurídica aos empreendedores sem que antes contemos com uma reforma tributária que ponha fim a essa guerra fiscal.

De que forma o governo está trabalhando para dinamizar a economia local?

O governador Jatene foi eleito com uma proposta clara de fazer o desenvolvimento do potencial econômico do Pará com base sustentável. Primeiro, reestruturou o aparato governamental, criando a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção do Estado. Além disso, desde o início desta gestão, o governo vem discutindo com vários setores das diversas cadeias produtivas no sentido de revitalizar a economia tradicional do Estado, que continua muito fragilizada.

As Secretarias Especiais organizam em sua base uma série de outros órgãos governamentais executivos, mas também desenvolvem ações que visam ao desenvolvimento do Estado.

De que forma atuará a sua secretaria?

Além de promover o fomento à economia, a secretaria atua na organização do território paraense na medida em que ele recebe um grande empreendimento. Sabe-se que grandes empreendimentos podem promover o desenvolvimento, como também causam impactos sociais na região onde são implantados. Porém, o que mais nos preocupa é que, além dos grandes projetos que irradiam o desenvolvimento em volta de onde ocorrem, nós temos áreas de vazio econômico no Estado do Pará.

Como trabalhar essas áreas de vazio econômico?

A nossa secretaria tem a missão de olhar o Estado como um todo. Através de um diagnóstico, foi possível identificar o Marajó, uma parte do Baixo Amazonas e o extremo sul do Estado como áreas de vazio econômico. Atualmente, enxergamos oito polos dinâmicos que vão ou já estão acontecendo, e mais de seis a oito outros polos de vazios econômicos. Para esses polos de vazio, faremos um estudo de um potencial econômico e social, discutindo com a comunidade de cada município localizado nesses polos, qual a melhor maneira de buscarmos outros rumos para o desenvolvimento. ➔

Foto: Agência Pará



PARA A INDÚSTRIA, NÃO BASTA CRESCER. É PRECISO APARECER. E BEM.

ALEXANDRE RAMÔA

COMUNICÓLOGO COM FORMAÇÃO EM JORNALISMO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Nos últimos 60 anos, as indústrias tiveram papel predominante no desenvolvimento do Brasil. E hoje continuam sendo os baluartes de nossa economia, por meio de minérios, petróleo, automóveis, etc. Esse papel vai além do sucesso comercial. Há muita tecnologia empregada em seus processos, o que contribui para a qualificação das técnicas e dos profissionais. Há, também, uma enorme capacidade de gerar postos de trabalho, como em nenhum outro setor. E há, ainda, a cadeia de valor que se forma em torno de uma indústria, com o desenvolvimento de inúmeros fornecedores de produtos e serviços.

Mas é exatamente pelo tamanho dessa importância e do capital envolvido que levanto a questão: por que as indústrias são, em geral, tão lentas para aderir às novas formas de comunicação social? Por que vemos tão poucos exemplos de comunicação na web ou ações de relacionamento e visibilidade no Brasil? Por aqui, esse abismo é ainda maior. Tirando uma ou duas de atuação nacional e internacional, são raras as indústrias locais que utilizam a comunicação de maneira estratégica e planejada. E quase inexistentes as que se posicionam diretamente na web, com perfis bem construídos e atualizados em redes sociais, por exemplo.

Uma resposta apressada poderia apontar que a sociedade não é o público final das indústrias. Que o setor industrial não é como os de varejo e serviços, que precisam chamar a atenção do consumidor e explorar os mais populares canais de comunicação do momento. Afinal, seus clientes estão no meio do processo: supermercados, construtoras, concessionárias, lojas de departamento, etc. Bom, talvez isso tenha sido mesmo verdade por um longo tempo... Mas hoje não é mais assim.

Os consumidores estão mais conscientes de que têm um papel importante a cumprir na cadeia produtiva. Não apenas como destino, mas como agentes participativos e contributivos do processo de desenvolvimento de produtos e serviços. Aliado a isso, novos parâmetros surgiram para medir a qualidade do que é ofertado. Temas como sustentabilidade, eficiência

energética, redução do desperdício, reutilização de recursos e tantos outros entraram para o radar das pessoas e ganham força com a fiscalização de agentes da sociedade, como ONGs que criam selos e outros instrumentos para medir a eficácia dos processos e da gestão de insumos usados em vários segmentos. E assim, de uma hora para outra, todo o processo produtivo ficou transparente aos olhos do consumidor, que agora consegue enxergar claramente a marca por trás de cada etapa e suas respectivas responsabilidades.

Na web, as informações proliferam a cada segundo, alimentando as pessoas com dados corretos ou mais dúvidas, de acordo com a fonte pesquisada. Sua indústria tem ao menos um site institucional? As informações lá postadas estão atualizadas? A resposta pode indicar como as pessoas estão construindo a imagem de sua empresa, a partir de informações verdadeiras ou de boatos, de dados oficiais ou opiniões de ex-empregados, sindicalistas ou concorrentes.

Este é o x da questão. Todo indivíduo ou organização tem uma imagem a zelar e as indústrias precisam, sim, se comunicar de maneira adequada. Informar o quê, como e onde produzem. Como lidam com seus empregados e contribuem para um mundo mais sustentável. Se pagam impostos e têm valores sólidos ou projetos socioambientais relevantes. Em resumo, precisam difundir e provar seu valor para a sociedade, para que tenham o que em licenciamento ambiental costumamos chamar de “permissão social” para operar.

Nesse sentido, um bom planejamento de comunicação e relacionamento, que contemple canais tradicionais, mas também enxergue novas oportunidades em um mundo digital e globalizado, pode ser um grande aliado na construção da imagem mais adequada para o crescimento sustentável de sua indústria. ➔



Ilustração: Wilson Vicente

Pré-vestibular prepara trabalhadores

COM APOIO DO SESI, EMPREGADOS DA INDÚSTRIA PARAENSE AUMENTAM AS CHANCES DE INGRESSAR NO ENSINO SUPERIOR

Para concorrer em pé de igualdade com as potências mundiais, o Brasil terá que fazer um grande esforço para aumentar o percentual da população com formação acadêmica superior. Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil está no último lugar em um grupo de 36 países ao avaliar o percentual de graduados na população de 25 a 64 anos.

Os números se referem a 2008 e indicam que apenas 11% dos brasileiros nessa faixa etária têm diploma universitário. Entre os países da OCDE, a média (28%) é mais do que o dobro da brasileira. O Chile, por exemplo, tem 24%, e a Rússia alcança 54%.

Para o trabalhador, retomar os estudos depois dos 40 anos não tem intimidado candidatos a um curso

superior. O Ministério da Educação (MEC) possui uma pesquisa a qual aponta que o número de pessoas com essa idade que prestam o vestibular está aumentando em cerca de 2% a cada ano. A área preferida por essa turma mais experiente, segundo o MEC, é a de Ciências Humanas. Para essas pessoas, segundo a pesquisa, o objetivo de fazer o curso superior não é, necessariamente, o

Com o curso ofertado pelo Sesi, o trabalhador da construção civil Alberto Bastos se prepara para enfrentar o vestibular de Direito

Fotos: Tarso Sarraf

diploma, mas sim o desejo de se reciclar, adquirir novos conhecimentos, realizar um desejo pessoal. Voltar à sala de aula, para muitos, é uma forma de se manter sempre ativo.

No estado do Pará, uma pesquisa realizada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), entre os anos de 2008 e 2010, revela um diagnóstico da saúde e estilo de vida de cerca de 25,5 mil trabalhadores de 86 indústrias. No que se refere à educação, o diagnóstico aponta que apenas 31,9% destes trabalhadores concluíram o ensino médio e 4,4% deles possuem o ensino superior completo.

De olho neste cenário e entendendo que ingressar numa universidade é uma oportunidade para poucos, o Sesi Pará desenvolveu um projeto piloto com o objetivo

de estimular trabalhadores da indústria paraense a conquistar a tão sonhada aprovação no vestibular. A entidade iniciou em junho deste ano, em Belém, o seu primeiro curso pré-vestibular.

Nesta primeira turma preparatória, 55 trabalhadores de 20 indústrias paraenses têm a oportunidade de se preparar gratuitamente para o vestibular 2012. Segundo Márcia Arguelles, gerente de Educação do Sesi, o curso pré-vestibular é mais um incentivo para o trabalhador crescer educacionalmente e, logo, profissionalmente. “Para o Sesi, investir na educação desse público é fundamental para a boa produtividade dos trabalhadores e para a competitividade das empresas. Aqueles que conseguiram concluir o ensino médio, mas nunca tiveram

tempo ou condições de enfrentar o ritmo de estudos para o vestibular, agora têm essa oportunidade”, explica Márcia.

O curso é totalmente gratuito, com duração de nove meses. A carga horária semanal tem 20 horas, no turno da noite, de segunda a sexta-feira. As aulas acontecem na unidade do Sesi Almirante Barroso, no bairro do Marco, em Belém. A metodologia e os professores do pré-vestibular são do Sistema de Ensino Ideal, instituição contratada para esta nova iniciativa do Sesi. Segundo Márcia, “este projeto é um piloto, mas a intenção é expandi-lo. Afinal, beneficia também os dependentes dos trabalhadores, como filhos que estejam na luta por um lugar nas universidades”, ressalta. ➔



➔ A recepcionista Maria Heloisa Rodrigues se prepara para encarar o vestibular 2012

“O preparatório para o vestibular do Sesi conta com uma excelente estrutura e ótimos professores, que proporcionam as condições necessárias e adequadas ao trabalhador da indústria que tem o sonho de ingressar no ensino superior. E o que é melhor: o trabalhador ou seu dependente não precisam pagar mensalidade.”

JOSÉ OLÍMPIO BASTOS,
SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI

OPORTUNIDADE QUE FALTAVA AOS TRABALHADORES

Para Alberto Bastos, 44 anos, trabalhador da construção civil, pagar um pré-vestibular sempre foi inviável, apesar de toda a sua vontade de ingressar na universidade. “Eu me considero uma pessoa interessada. Nunca deixei de estudar, inclusive estudo inglês em casa e não deixo de acompanhar leitura de revistas, jornais e assuntos variados”, destaca. Para ele, a oferta de um curso gratuito voltado para o trabalhador e coordenado por uma equipe educacional sólida representam a oportunidade de crescer profissional e pessoalmente. Por isso, ele não pensou duas vezes antes de se inscrever. “Com esta nova oportunidade em minha vida, já sei o curso que vou prestar no vestibular do ano que vem: Direito!”, conta. “Essa é a oportunidade que eu e muitos outros aqui sempre sonhamos”, resume.

Sobre a dureza de levar os estudos junto à rotina de trabalho, ele afirma: “Não vejo tanta dificuldade, sempre fez parte do meu cotidiano chegar em casa, mesmo cansado, e me dedicar aos estudos. A minha meta não é outra a não ser passar no vestibular. Já me vejo, no próximo ano, neste mesmo horário, na sala de aula. Mas dessa vez, na universidade”, diz confiante.

Já a recepcionista Maria Heloísa Rodrigues, de 36 anos, também comemora a vaga conquistada no curso preparatório para o vestibular 2012. “Consegui concluir o ensino médio com 33 anos e sempre quis fazer cursinho, mas o custo é muito alto, então essa foi a oportunidade perfeita”, aponta. Maria tem um casal de filhos e pensa em fazer Administração, curso que tem relação com a profissão que exerce hoje. “Daqui pra frente a rotina vai ser dura, mas estou muito ansiosa para ver os resultados. Vou levar o curso até o fim, afinal, nada se consegue sem sacrifício”, enfatiza. ◀

DICAS PARA ENCARAR O VESTIBULAR

- ⇒ Começar a prova pelas matérias que você sabe.
- ⇒ Desenvolver um esquema de estudo que tenha a ver com você, lendo, fazendo resumos, resolvendo exercícios, assim se consegue ter uma alta qualidade de estudo.
- ⇒ Uma prova bem feita exige, além de conhecimento, um bom preparo psicológico, para não ficar nervoso na hora e acabar tendo o temido “branco”.
- ⇒ Reproduzir a matéria com as próprias palavras é uma boa forma de fixar e aprender.
- ⇒ Não faltar às aulas e sempre fazer os exercícios propostos.
- ⇒ Conseguir ter uma leitura crítica.
- ⇒ Aproveitar todas as fontes de informação que nos cercam, como jornais, revistas e blogs, e sempre se manter atualizado.



↳ Tarso Sarraf



O PARÁ DESTE SÉCULO

NICIAS RIBEIRO

ENGENHEIRO ELETRÔNICO,
SECRETÁRIO DE ESTADO DE ENERGIA E
EX-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MINAS
E ENERGIA DA CÂMARA FEDERAL

No início do século XX, a Amazônia, e em particular o Pará, viveu a fase áurea da borracha. No mesmo período, São Paulo viveu a fase áurea do café; Minas Gerais, a do gado bovino; Bahia, a do cacau e assim por diante. Nos anos 70, São Paulo consolidou-se como o maior parque industrial do país. Minas, juntamente com Goiás e Rio Grande do Sul, tornaram-se referência na pecuária. A Bahia firmou-se mais ainda como o maior produtor brasileiro de cacau e de petróleo. O Paraná surge como o maior produtor de café, desbancando São Paulo. E o Pará?... O Pará surge no cenário nacional como detentor da maior província mineral do mundo, na Serra dos Carajás, e de uma enorme reserva de bauxita no município de Oriximiná, além de ser o maior produtor de ouro, graças a Serra Pelada.

O país vivia a fase do “milagre brasileiro”. Foi implantado no Pará o Projeto Grande Carajás; o complexo de exploração da bauxita no Porto Trombetas, em Oriximiná; a Albras e a Alunorte, em Barcarena; além da hidrelétrica de Tucuruí, uma vez que a energia é o maior insumo para a produção de alumínio.

Em 1995, com a inauguração da Alunorte, em Barcarena, concluiu-se o ciclo da produção de alumínio no Pará, desde a exploração da bauxita, sua transformação em alumina e a produção de alumínio. E assim, no final do século XX, além de ser o maior produtor de ferro, o Pará passou a ser o maior produtor de alumínio do país e também de caulim, graças às reservas do alto rio Capim. E agora, já no século XXI, o maior produtor de bauxita, devido à exploração das jazidas de Paragominas e de Juruti.

Porém, é no Pará que está localizada a Hidrelétrica de Tucuruí. As obras de Belo Monte estão sendo iniciadas agora e a sua primeira máquina deve entrar em funcionamento em 2015, aliás, num tempo recorde semelhante ao da montagem de uma termoeletrica. Adiante de Belo Monte, no rio Xingu, acima de Altamira e abaixo da foz do rio Iriri, tem a cachoeira de Babaquara, onde espero que seja construída a hidrelétrica de Altamira, que, utilizando a técnica de vasos

comunicantes, assegure a água para Belo Monte gerar o total da sua potência no período da estiagem. No Tapajós, acima de Itaituba, será implantado o Complexo Hidrelétrico do Tapajós. E no alto Tocantins, próximo à Marabá, a hidrelétrica de Marabá.

Se somarmos a potência das hidrelétricas de Marabá (2.000 megawatt), Tucuruí (8.370 MW), Belo Monte (11.233 MW), Altamira (6.600 MW) e do Complexo do Tapajós (10.600 MW), chegaremos a um total de 38.803 MW, que equivale a mais da metade de toda energia hidrelétrica gerada no Brasil, que é da ordem de 72.000 megawatt.

Como se vê, a implantação de todas essas hidrelétricas na área de influência da Transamazônica, no trecho Marabá-Itaituba, é mais do que um projeto de Estado. É um projeto de país. Mas, além dessas hidrelétricas, ainda está sendo construída a de Santo Antônio, no rio Jari, com potência de 100 megawatt, que se soma aos 40 megawatt de Curuá-Una e as PCHs instaladas no rio Curuá, próximo a Castelo dos Sonhos, e outras no rio Itapacurá, próximo ao Trairão, e que estão em vias de implantação.

Este é o Pará deste século. O maior produtor de energia elétrica do país, graças ao seu espetacular potencial hidrelétrico, o maior da Amazônia, o maior do Brasil e provavelmente o maior do mundo. No entanto, o importante não é o Pará ser o maior produtor de minérios e o maior gerador de hidroeletricidade do Brasil. O importante é que, graças à construção destas hidrelétricas, o Pará poderá ser a “São Paulo” do século XXI, com a instalação de fábricas de condutores forçados (peças de aço trabalhadas), de *stop-log* e *pots-rolants*, utilizados nas próprias hidrelétricas; além, obviamente, de qualquer outra indústria, uma vez que o Pará tem minérios e energia farta e segura, graças ao alto índice pluviométrico em seu território. ☑

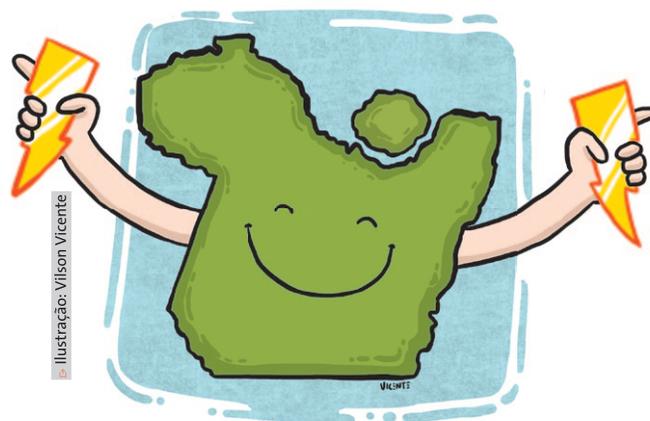


Ilustração: Wilson Vicente

DE OLHO NO EXTERIOR

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS APRESENTA AÇÕES DE INCENTIVO AO FORTALECIMENTO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO ESTADO

Cerca de 50% das empresas exportadoras perderam participação no mercado internacional ou deixaram de exportar em 2010. O relato é da Sondagem Especial de Exportações Industriais, divulgada em agosto, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O mais preocupante é que, não bastasse a queda das exportações, a participação das empresas brasileiras no mercado externo deve reduzir-se ainda mais em 2011.

No Pará, o cenário não é diferente. No ano passado, 19 empresas exportadoras fecharam as portas por conta da desvalorização do câmbio, da crise que abalou os principais parceiros comerciais do Estado e do baixo investimento público para dar competitividade às empresas brasileiras no sentido que elas aumentem suas vendas no mercado internacional.

Para frear ou até mesmo reverter esse quadro, o Centro Internacional de Negócios (CIN), da Federação das Indústrias do Estado do Pará, iniciou, no segundo semestre de 2011, uma série de ações de incentivo à atividade exportadora.

De acordo com o gerente do CIN-Fiepa, Raul Tavares, o comércio exterior paraense como um todo vive um bom momento. No ano passado, o Estado movimentou, aproximadamente, 14 bilhões de

dólares em negócios com o mundo. “Esse valor representa um crescimento de 53% em relação a 2009. No entanto, não podemos achar que tudo está perfeito, dado o bom desempenho dos produtos paraenses no mercado internacional, e não precisamos fazer mais nada. O que vem acontecendo é que o comércio exterior vem se restringido a poucos itens. Essa concentração é muito perigosa, pois deixa nossa economia mais vulnerável”, analisa.

Este é o momento certo para desenvolver ações que dinamizem ainda mais o já aquecido comércio exterior paraense. Segundo Raul, o bom resultado do saldo paraense, que nos nove primeiros meses de 2011 cresceu em 62,97%, estimula o empresariado a investir mais em sua produção, focando na atividade exportadora e pensando até mesmo na modernização do parque industrial, importando máquinas e equipamentos. “Os resultados da balança comercial já são por si só um estímulo ao comércio exterior, no entanto, precisamos desenvolver ações que amparem esse desejo do empresário que é de aumentar sua produção e investir no mercado internacional”, enfatizou.

Para potencializar a atividade exportadora paraense, o CIN-Fiepa passa a sediar a primeira unidade da Agência Brasileira de Promo-

ção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil) no Pará. A instalação da nova unidade Apex é fruto do convênio firmado entre a CNI e a própria agência, que expandiu as ações de promoção à exportação no Brasil. Juntamente ao Pará, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro foram os Estados que receberam novas unidades da Apex-Brasil.

De acordo com a técnica em comércio exterior, Vera Lima, a aproximação estratégica do setor produtivo com a Apex-Brasil, facilitará o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas às características regionais das empresas, além de inserir as empresas paraenses em projetos Apex em andamento. “Já neste ano, além do atendimento personalizado aos empresários aqui do Estado, a unidade paraense da Apex desenvolverá cursos de captação empresarial, missões e feiras no exterior, promovendo os produtos made in Pará no mercado internacional, e desenvolverá seminários e palestras com foco na exportação e importação”, antecipa.

No final de agosto, a Apex – em parceria com a Fiepa – promoveu o seminário “Mercado Foco Estados Unidos”. O evento, que foi realizado pela agência em apenas quatro Estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pará), teve por objetivo fortalecer



Ilustração: Márcio Euclides

BALANÇA COMERCIAL PÁRAENSE

2010

Exportação	US\$ 8.441 bilhões
Importação	US\$ 836 milhões
Saldo	US\$ 7.605 bilhões

2011

Exportação	US\$ 13.4 bilhões
Importação	US\$ 1 bilhão
Saldo	US\$ 12.3 bilhões

Variação (%)

Exportação	73,38
Importação	17
Saldo	81,34

Fonte: Sistema ALICE/SECEX - janeiro a setembro

COMÉRCIO EXTERIOR PARAENSE

	Empresas Exportadoras	Empresas Importadoras
2009	362	182
2010	343	273

Fonte: CIN/FIEPA

DESTINOS DAS NOSSAS EXPORTAÇÕES

1

CHINA

US\$ 4.674 bilhões



2

JAPÃO

US\$ 1.523 bilhão



3

ALEMANHA

US\$ 762 milhões



4

E.U.A

US\$ 752 milhões



5

CORÉIA DO SUL

US\$ 741 milhões



6

FRANÇA

US\$ 471 milhões



7

CANADÁ

US\$ 462 milhões



Fonte: CIN/FIEPA - janeiro a setembro



📍 A técnica em comércio exterior, Vera Lima: expectativa de crescimento nas exportações

a parceria do Brasil com o mercado norte-americano que, apesar do desaquecimento provocado pela crise financeira, continua sendo um dos maiores compradores de produtos brasileiros. “No ano passado, o valor exportado aos Estados Unidos foi de 791 milhões de dólares, 27% maior que em 2009. Este mercado ainda tem possibilidades de importar muito mais do Pará e foi com este objetivo que promovemos o seminário. A participação do empresariado local foi muito boa. Esperamos que novas empresas, após a consultoria que foi dada, venham a exportar para aquele país”, explicou Vera.

Além de abrigar a primeira unidade da Apex-Brasil no Pará, o CIN busca potencializar o comércio exterior paraense através do novo serviço de certificação. O certificado de origem – documento necessário para a isenção do Imposto de Importação – ganhou versão digital.

Focado na inovação dos processos e no maior conforto para o exportador paraense, o CIN já

oferece, desde julho deste ano, o Certificado de Origem Digital (COD-Brasil). O novo processo simplificou a emissão do documento para a exportação. Ao invés dos cinco documentos necessários para retirada do certificado (nota fiscal, registro de exportação, fatura comercial, comprovante de embarque e a declaração do processo produtivo), o novo processo manteve apenas a declaração e, juntamente a esta simplificação, o COD-Brasil reduziu o tempo de espera para conseguir o documento. “Antes desse novo processo, tínhamos que solicitar o certificado de manhã, sabendo que ele só estaria pronto no período da tarde. Isso é se não a documentação estivesse certa. Atualmente, consigo fazer a emissão em menos de cinco minutos e, melhor do que isso, é que o sistema do COD-Brasil elimina em 100% a possibilidade de erros”, avaliou o gerente de exportação da Servimpex (Serviços de Exportação e Importação em Geral), Egberto Palheta.

CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM

O certificado de origem digital (COD-Brasil) não é um documento obrigatório no processo de exportação, no entanto, ela apresenta como vantagem ao exportador a isenção do Imposto de Importação, proporcionando maior competitividade aos produtos locais. Através das regras de origem se determina quais bens gozarão do tratamento tarifário. Uma vantagem do certificado de origem está presente no acordo bilateral Brasil-Argentina, que isenta em 100% o Imposto de Importação do pescado beneficiado, bovinos e da madeira.

CARAVANA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Outra ação que visa fortalecer o comércio exterior paraense é a Caravana de Comércio Exterior. O CIN-Fiepa – em parceria com o Governo do Estado do Pará, Sebrae, Banco do Brasil, Companhia de Docas do Pará (CDP) e Correios – vai disseminar a promoção da cultura exportadora, além de levar os agentes intervenientes da exportação ao interior. Santarém, um dos principais polos produtores do Estado, foi o primeiro município a receber a caravana.

O potencial econômico dos municípios paraenses é latente, mas precisa ser estimulado com foco na diversificação da pauta de exportação. “Produtos tradicionais como madeira, sucos de frutas, peixes e pimenta-do-reino, mesmo apresentando bons resultados no primeiro semestre de 2010, tiveram uma significativa redução na participação da pauta de exportação”, analisa o gerente do CIN, Raul Tavares.

De janeiro a setembro de 2007, a madeira, um dos principais segmentos produtivos de Santarém, tinha uma participação de 10% na pauta. No ano passado, ficou em 3,23%, e nos nove primeiros meses de 2011, caiu para 2,10%. “É para reverter esta situação que o Governo do Estado e os parceiros da Caravana vêm promovendo esta ação. Precisamos aumentar a lista dos produtos que têm relevante participação na pauta de exportação paraense”, enfatizou o gerente do CIN-Fiepa.

Até agosto deste ano, Santarém havia alcançado a 10ª posição entre aqueles que contribuíram para o saldo da balança comercial paraense. No mesmo período, o valor exportado do município



Fotos Tarso Sarraf

➊ Raul Tavares, do CIN-Fiepa: é preciso diversificar nossos itens de exportação

ficou em 61 milhões de dólares e as importações foram de 156 mil dólares. Madeira e soja apresentaram os melhores resultados.

Em 2010, Santarém exportou 69 milhões de dólares, dos quais cerca de 50% foram referentes às vendas de soja e a outra metade do setor madeireiro. “Constatou-

-se que é preciso fortalecer estes dois setores, no entanto, também é necessário estimular outras cadeias produtivas no município. Assim teremos uma economia mais diversificada e não mais vulnerável aos impactos que estas duas atividades possam vir a sofrer”, ressaltou Tavares. ➔

Crescimento demanda qualificação

SENAI AMPLIA E REFORMA UNIDADES PARA AUMENTAR CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E SUPRIR DEMANDA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NO MERCADO PARAENSE



O desafio de promover a inclusão no mercado de trabalho formal ganhou o reforço de novas unidades operacionais de ensino profissionalizante. Com mais de 58 anos de história, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) acaba de inaugurar mais dois Centros de Educação Profissional (CEP) no nordeste paraense, formando quatro unidades operacionais na região, uma das mais populosas do Estado, com mais de 1,5 milhão de habitantes.

Além dos CEPs de Bragança e de Cametá, ambos na região costeira do Pará, os novos centros destinados à oferta de cursos profissionalizantes em setores onde há escassez de mão de obra, terão capacidade para qualificar cerca de 700 trabalhadores por mês.

Paragominas, município do nordeste paraense, inaugurou o CEP em junho deste ano. O espaço é fruto de uma parceria entre iniciativa privada, setor público e a instituição de ensino Senai. Através de convênio, a Prefeitura Municipal cedeu o terreno para a empresa norueguesa Hydro instalar o prédio que conta com cinco modernas salas de aula e laboratórios de mecânica industrial, elétrica, automação e informática, além de espaço de convivência para os estudantes.

“Desde 2007 sonhávamos construir este centro em Paragominas, no entanto, alguns percalços, como a crise econômica de 2008, adiaram este desejo da Hydro. A empresa não desistiu e, agora, aquilo que foi um sonho, virou realidade. Investimos 8 milhões de reais para construir e equipar com a melhor tecnologia este centro, que não deixa nada a desejar para nenhum dos melhores centros de educação profissionalizante do Brasil”, destacou o diretor da Hydro Paragominas, Geraldo Brittes.

Segundo o diretor da Hydro,

a empresa escolheu o Senai para administrar o centro por sua experiência e referência não só no Estado, mais em todo o Brasil. “O Senai é a maior instituição de ensino profissionalizante da América Latina. Somente no Pará, já qualificou mais de 480 mil profissionais, isso foi determinante na nossa escolha”, ressaltou Brittes.

CURSOS OFERECEM AGILIDADE

Durante a inauguração do Centro, em junho deste ano, o Secretário de Governo, Sidney Rosa, destacou a importância do ensino profissionalizante para o Estado. “As universidades são importantes, pois formam o jovem para o futuro. Já uma escola profissionalizante prepara nossos trabalhadores, nossos jovens, para o presente, acompanhando o ritmo do mercado de trabalho dos grandes investimentos”, concluiu.

Os cursos começaram a todo o vapor e centenas de jovens já estão se beneficiando com a oportunidade da qualificação e da vaga no mercado de trabalho. É o caso do jovem Sílvio Rabelo, 18 anos, aluno do curso de operador de processos de mineração do Senai. Rabelo conta que antes da chegada do Senai ao município só se enxergava bem empregado após terminar o curso e se formar em uma faculdade. Hoje a realidade é bem diferente e Sílvio já está com a carteira assinada pelo programa Jovem Aprendiz da Hydro e sonha em ser efetivado no quadro de funcionários da empresa, assim que o curso acabar. “Fiquei muito feliz com essa oportunidade. Agora posso ajudar meus pais em casa, com o valor da minha bolsa e ainda ter a chance de conseguir um ➡



Apesar de ser uma instituição particular e não governamental, o Senai vem desempenhando um papel fundamental para garantir a aprendizagem de milhares de brasileiros. A missão do Senai é sempre buscar a inovação para atender as indústrias, por isso, buscamos não só ampliar nossas instalações, mas garantir cada vez mais a qualidade tecnológica para a sustentabilidade do setor produtivo.”

GERSON PERES, DIRETOR REGIONAL DO SENAI



Lorena Nobre

Com estrutura moderna, o recém-inaugurado Centro de Educação Profissional de Paragominas qualificará mais de 1.500 pessoas

500 mil

CRIADO EM 1953, O SENAI DO PARÁ JÁ QUALIFICOU CERCA DE 500 MIL PROFISSIONAIS PARA A INDÚSTRIA

41 mil

A META DO SENAI É QUALIFICAR MAIS DE 41 MIL PESSOAS SOMENTE EM 2011. OS CURSOS OFERTADOS NAS 15 UNIDADES DO ESTADO ATENDEM ÁREAS COMO ALIMENTOS, AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, CALÇADOS, CONSTRUÇÃO CIVIL, ELETROELÉTRÔNICA, MADEIRA E MOBILIÁRIO, METAL-MECÂNICA, MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, MINERAÇÃO, REFRIGERAÇÃO, SOLDAGEM E TELECOMUNICAÇÕES, ENTRE OUTROS.

bom emprego com a minha nova qualificação, não apenas em Paragominas, mas em qualquer outro lugar”, ressalta Sílvio. “Sei que há boas vagas de empregos com bons salários, mas é preciso uma formação especializada para conquistá-los. Se o Senai não tivesse chegado até a minha cidade eu nunca teria essa chance e, por isso, tenho muito orgulho de estar me profissionalizando na área de geologia e planejamento de minas”, pondera.

O diretor regional do Senai, Gerson Peres, destacou que, até o final de 2011, o novo CEP Paragominas qualificará mais de 1.500 alunos em diversos cursos como: eletricista industrial, automação industrial, informática básica, mecânica industrial, segurança no trabalho, construção civil, pneumática, hidráulica, entre outros.

“Este centro, cedido ao Senai em comodato pela Hydro, irá qualificar trabalhadores não só de Paragominas, mas dos municípios circunvizinhos, sendo mais uma estrutura fundamental para a promoção do



Arquivo Senai

Sílvio Rabelo, aluno do curso de operador de processos de mineração do Senai e jovem aprendiz da Hydro em Paragominas

desenvolvimento regional. Assim como outras parcerias exitosas, com a Vale e Alcoa, acredito que esta mais recente, com a Hydro, também colherá importantes frutos, auxiliando que o Senai chegue em mais localidades deste Estado, assumindo o seu compromisso de aperfeiçoar e qualificar nossos trabalhadores”, ressalta Gerson Peres.



QUALIFICAÇÃO AUMENTA A COMPETITIVIDADE

O município de São Miguel do Guamá, no nordeste do Pará, também recebeu um Centro de Educação Profissional. Com 40 olarias, a economia do município é voltada para a produção de telhas e tijolos e é considerado um dos maiores polos produtores de cerâmica da Região Norte. Com o objetivo de fortalecer essa importante atividade econômica, que chega a gerar mais de 3 mil empregos diretos, o Senai inaugurou em julho deste ano o CEP São Miguel. Além de qualificar a mão de obra, a nova unidade operacional, aperfeiçoará o processo produtivo da cerâmica local, com a oferta cursos de mecânica geral, eletricidade, soldagem, informática, além de um laboratório de ensaio de cerâmica que deve melhorar a qualidade de telhas e tijolos produzidos pelo polo ceramista do município.

Esta é a 15ª unidade operacional da instituição no Pará e fruto de uma parceria com o Sindicato da Indústria Cerâmica de São Miguel do Guamá e Região (Sindicer) e funciona em uma área de 742 metros quadrados.

Segundo o presidente do Sindi-

cer, Raimundo Barbosa, o Centro de Educação Profissional será fundamental para aperfeiçoar o processo produtivo da cerâmica local. Para ele, a iniciativa é de grande relevância para o Estado, uma vez que irá fomentar o desenvolvimento do município. Ele destaca que, além de melhorar a qualidade de vida de cada estudante do CEP, a qualificação de profissionais tornará os produtos mais competitivos. “Já vínhamos buscando aperfeiçoar a produção de telhas e tijolos. Nossas olarias estão, por exemplo, deixando de queimar lenha nativa em substituição do pó de serragem ou do caroço do açaí. Tenho certeza que este laboratório de ensaio de cerâmica e os cursos promovidos pelo Senai estimularão outras olarias a seguirem este processo sustentável transformando a cerâmica de São Miguel em uma cerâmica verde”, enfatizou.

“Com a missão de levar qualificação às indústrias, o Senai investiu mais de 1 milhão de reais para concluir a obra e equipar os laboratórios do prédio doado pelo Sindicer. A colaboração do sindicato, que foi fundamental para a construção desta 15ª unidade do Senai, não acabou. Na realidade ela apenas se inicia para um objetivo muito maior de preparar e empregar profissionais capacitados”, ressaltou o diretor regional do Senai, Gerson Peres. ❏

INVESTIMENTOS

De acordo com o presidente do Sistema Fiepa, José Conrado, nos próximos anos, o Estado receberá cerca de 150 bilhões de reais em investimentos, valor este que demandará um grande volume de mão de obra qualificada. “É compromisso do Sistema Fiepa que os trabalhadores residentes no Pará tenham prioridade para atuarem nos canteiros de obras e dentro das fábricas que se instalarão aqui, afinal, não adiantaria se o Estado continuasse recebendo uma importante soma de investimento sem que o povo paraense pudesse desfrutar desse crescimento econômico”, enfatizou.

Pensando nessa demanda, o Senai lançou um projeto de expansão onde, até 2012, terá 16 unidades, distribuídas por 14 municípios. Tudo para promover a educação profissional e elevar a competitividade da indústria. Além da instalação dos novos CEPs, está prevista a revitalização de duas unidades operacionais situadas em Belém, do Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas (G.V) e do Centro de Desenvolvimento da Amazônia (CEDAM), além da instalação de um moderno laboratório de mecânica industrial, no Senai Altamira, em parceria com o Instituto Social Sotreq. Haverá ainda, a finalização da reforma e ampliação do CEP Marabá, no sudeste paraense, onde será triplicada a capacidade instalada de atendimento.

A instituição também está equipada com seis novas unidades móveis de atendimento, somando 15 carretas e vans escolares que levam qualificação profissional nos municípios onde o Senai não possui unidade instalada. O Senai vai aumentar o número de vagas ofertadas nos cursos e só este ano pretende formar mais de 41 mil pessoas.

DIREITOS E DEVERES

A REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

No Brasil, o fenômeno da terceirização do trabalho é recente e se intensificou nos últimos 30 anos. Durante as últimas duas décadas do século XX, a jurisprudência trabalhista muito deliberou e decidiu sobre a terceirização, que naquele momento alcançava importância considerável no mercado de trabalho brasileiro. Com isso, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou, em 1986, a súmula número 256 e, em 1993, a súmula número 331.

A súmula 331 é hoje a base jurisprudencial e regulamentar sobre a matéria. Em razão da inexistência de legislação específica sobre a terceirização de toda e qualquer atividade produtiva, a súmula acabou por estabelecer os parâmetros que hoje são aplicados por todos os Tribunais do Trabalho nos litígios que envolvem o tema.

O entendimento sumulado define como ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário, serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

Além disso, a súmula estabelece que o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica a responsabilidade subsidiária



Ilustração: Márcio Euclides

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO DE LEI (PL) Nº 4330/2004

- ⇒ Possibilidade de o contrato de prestação de serviços versar sobre o desenvolvimento de atividades meio e atividades fim da contratante.
- ⇒ Não configuração de vínculo empregatício entre a empresa contratante e os trabalhadores ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo.
- ⇒ Responsabilidade subsidiária da contratante pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços, ficando-lhe ressalvada ação regressiva contra a devedora.
- ⇒ Responsabilidade solidária da empresa prestadora de serviços, que subcontratar outra empresa para a execução do serviço, pelas obrigações trabalhistas assumidas pela empresa subcontratada.

do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. Essa responsabilidade abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Em razão desse anseio normativo é que recentemente a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 4330/2004 (veja detalhes abaixo), que dispõe sobre a contratação de prestação de serviços terceirizados e as relações dele decorrentes. O PL ainda passará por apreciação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, se for aprovado, ainda será encaminhado para deliberação do Senado.

Neste contexto, se o Projeto de Lei vier a ser aprovado, mudanças significativas ocorrerão no cenário jurídico da terceirização. “A maior delas, sem dúvida, será a possibilidade de contratação de serviços que envolvam a atividade fim da empresa tomadora do serviço. O certo é que a criação de uma lei que trate da terceirização de toda e qualquer atividade produtiva, além de estabelecer parâmetros normativos mínimos sobre o tema, trará segurança jurídica e garantias aos tomadores de serviços, empresas contratadas e trabalhadores”, avalia Eduardo Brito, advogado e sócio do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro e Scaff. ➔

“O QUE SE NOTA ATUALMENTE É QUE A TERCEIRIZAÇÃO ACARRETOU INÚMERAS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E NO ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA DO PAÍS, ENTRETANTO, NEM A LEGISLAÇÃO VIGENTE NEM A JURISPRUDÊNCIA EXISTENTE ACOMPANHARAM ESSAS MUDANÇAS. HOJE, A TERCEIRIZAÇÃO NÃO É REGRA, É EXCEÇÃO, E VÁRIAS RESTRIÇÕES RECAEM SOBRE ESSE TIPO DE CONTRATAÇÃO. É INEGÁVEL, PORTANTO, A NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO À DIMENSÃO ALCANÇADA PELA TERCEIRIZAÇÃO.”

EDUARDO BRITO, ADVOGADO

- ➔ Permissão de sucessivas contratações do trabalhador por diferentes empresas que prestem serviços à mesma contratante de forma consecutiva.
- ➔ Responsabilidade subsidiária da contratante pela garantia das condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho é realizado em suas dependências.
- ➔ Obrigação da contratante de proporcionar ao trabalhador da empresa de prestação de serviços benefícios oferecidos aos seus empregados, tais como atendimento médico, ambulatorial e de refeição, existentes nas dependências da contratante ou local por ela designado.



➤ Encontro em Altamira apresentou aos fornecedores locais as oportunidades de negócios no projeto Belo Monte

Grande projeto, grandes demandas

A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE REPRESENTA UMA OPORTUNIDADE ÍMPAR PARA OS FORNECEDORES LOCAIS

A instalação de um grande projeto industrial ou de infraestrutura levanta uma série de necessidades. De estudos de viabilidade econômica, impacto ambiental e social, estudos logísticos a cadeia de fornecimento. Este último, essencial para a sobrevivência do projeto, principalmente por tratar da sua vitalidade e competitividade. “Possuir uma carteira de fornecedores locais preparados para atender as demandas estratégicas de um projeto deixou de ser visto como benefício social para a popu-

lação local e passa a ser fundamental para a competitividade” explica Luiz Pinto, coordenador geral do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) da Fiepa.

Com a usina de Belo Monte não poderia ser diferente. Com investimentos na ordem de 25 bilhões de reais, o projeto movimentará uma cadeia de fornecimento que passará desde a indústria de base até serviços especializados, além de alimentação e moradia para os trabalhadores do empreendimento.

Em junho, durante um encontro

de negócios promovido pela Aciapa (Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Altamira), o Consórcio Construtor Belo Monte apresentou sua demanda para o ano de 2011 por produtos e serviços a comerciantes, empresários e produtores rurais do Estado do Pará. A Fiepa e o PDF participaram de uma comitiva de empresários com cerca de 220 participantes de todas as regiões do Pará.

De acordo com o diretor de administração do Consórcio Construtor Belo Monte, Marcos Sordi,

o projeto priorizará a contratação local, mas será necessário que os empresários estejam preparados para atender o projeto tanto em capacidade quanto em gestão, e estar no cadastro de fornecedores do consórcio. “Nossa prioridade é privilegiar os proprietários rurais, comerciantes, prestadores de serviços e empresários de Altamira e municípios vizinhos. Assim, o Consórcio Construtor terá as suas demandas atendidas e, por outro lado, vai colaborar para o desenvolvimento da economia local e regional”, afirma o diretor de Administração do Consórcio Construtor Belo Monte, Marcos Sordi.

PROJETO TEM DEMANDA DE 30 MIL ITENS

O consórcio apresentou as demandas de produtos e serviços a serem adquiridos apenas em 2011, e chama atenção a grandiosidade dos números. São mais de 30 mil itens que devem ser consumidos para o início das obras. Há necessidades de fornecedores para serviços como locação de máquinas e equipamentos, execução e prospecção de poços artesanais, locação de residências para moradia, hotelaria, paisagismo, transporte de pessoas, locação de banheiros químicos, fornecimento de materiais para construção, entre outros.

O diretor da Amazon Foods, Michel Martins, usou a informação das demandas de alimentação do projeto Belo Monte de forma competitiva e investiu em seu negócio para fornecer, não só para Belo Monte, mas para todos os projetos industriais. “Para atender essa demanda de mercado investimos em maquinário, infraestrutura e principalmente em tecnologia ➔

NÚMEROS QUE IMPRESSIONAM

213

toneladas de carne

210

toneladas de hortifruti

2

milhões de descartáveis

NECESSIDADE MENSAL PARA ATENDER COM ALIMENTAÇÃO OS CERCA DE 20 MIL TRABALHADORES QUE ATUARÃO EM BELO MONTE

327

Km de cabo elétrico

44

Km de eletroduto (tipo kanalex)

40

Km de cabo de cobre para aterramento.

ESSA É A DEMANDA PARA A PARTE ELÉTRICA DA OBRA

CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL

O projeto demanda fornecedores competitivos e por isso o PDF já está em fase de negociação para se instalar no município de Altamira. O projeto será implantado em cerca de quatro anos. Depois disso vem o período de operação, que também exige fornecedores especializados de manutenção industrial, que devem começar a se preparar desde agora.

Para o PDF, a capacitação dos fornecedores é fundamental para atender as grandes demandas do projeto e por isso propõe um Plano de Capacitação Empresarial focado para a região, além de estudos, censo empresarial e consultoria especializada para o projeto. “Temos 11 anos de experiência na atuação com fornecedores locais e já auxiliamos diversas empresas na implantação de projetos industriais como a Mina de Bauxita de Juruti, da Alcoa, e o Onça Puma e Salobo, da Vale, e já estamos atuando na implantação da Alpa, siderúrgica da Vale, e no S11D, outro projeto da companhia”, explica Luiz Pinto.

como diferencial competitivo do nosso negócio. Para isso, buscamos a capacitação de nosso quadro e a contratação de nutricionistas especializadas que pudessem buscar soluções tecnológicas no fornecimento de alimentação industrial”, afirma Michel.

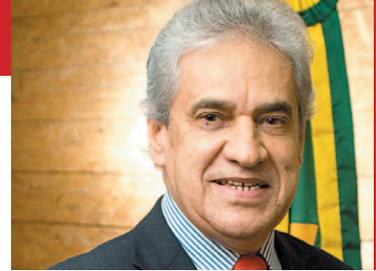
Mas é preciso estar atento e investir estrategicamente para aproveitar as oportunidades de negócios nas diversas fases do projeto. O empresário Paulo Roberto Souza, da Ideal Rent a Car, empresa nascida em Altamira e que já atua há nove anos no mercado, se planejou

para atender as demandas de Belo Monte e evoluir em seus negócios. “A partir das demandas anunciadas pelo projeto planejamos a empresa e investimos em infraestrutura, contratação de pessoas qualificadas, capacitação de nossos colaboradores além de um aumento da frota direcionado para atender o projeto”, explica Roberto. Ele completa afirmando que o conhecimento das demandas foi fundamental para o investimento certo e já trouxe retorno para empresa, que hoje disponibiliza 30% de sua capacidade para atender o projeto. ◀



◀ *Belo Monte ainda não foi construída, mas o empresário Paulo Roberto já tem parte da frota de carros atendendo o projeto*

Divulgação



O CÓDIGO FLORESTAL ATENDE OS INTERESSES DO BRASIL?

CARLOS FERNANDES XAVIER

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ (FAEPA)

O que objetiva o Código Florestal? Atender aos interesses das ONGs ambientalistas, dificultar o desenvolvimento da Amazônia, disciplinar a exploração florestal, proteger ecossistemas e florestas ou apenas se transformar num instrumento político contaminado de ideologias contrárias à propriedade privada? São tantas as interferências no projeto que fica difícil saber seus objetivos.

Nesses 77 anos (o Código Florestal nasceu em 1933), qual a contribuição do Código Florestal no desenvolvimento do setor agropecuário e no ordenamento territorial brasileiro? Dependesse o setor de leis ambientais ainda estaria no tempo da “carroça” e não teria chegado aonde chegou, suplantando americanos e europeus em produtividade.

O novo Código Florestal tem a seu favor ajustar anomalias que são fundamentais numa democracia, como o direito adquirido, a proteção de pequenos produtores, a compensação de áreas desmatadas, a moratória do desmatamento de floresta nativa e traz um pouco de segurança jurídica num universo conflituoso. Entretanto, é preciso enfatizar, que o novo Código Florestal atendeu preferencialmente os interesses das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e deixou a Amazônia sufocada, com exigências absurdas que oneram os custos de produção. Exigências que, mesmo cumpridas, irão depender da boa vontade de órgãos de fiscalização que têm uma história de sempre dificultar a regularização da propriedade, sem prazo para certificá-las.

O agronegócio paraense, como bem enfatiza a Agenda Propositiva da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, ao longo de quase duas décadas experimentou um acelerado processo de crescimento, galgando importante – senão a mais relevante – posição na matriz econômica estadual, com expressiva contribuição para a geração de alimentos e riqueza, além de emprego e renda, para a sua população, apesar de uma política ambiental que impõe severas restrições ao processo produtivo, inibindo ganhos de produtividade, comprometendo a competitividade,

desestimulando novos investimentos e, mais grave, promovendo a retração de atividades instaladas.

O Pará possui 76% do seu território preservado, portanto, área mais que suficiente para proteção de florestas e biodiversidade, e não pode mais suportar uma ação ambientalista que comprometa o seu desenvolvimento e sacrifique mais os 40% de uma população situada num patamar abaixo da linha de pobreza.

O que o setor agropecuário quer é que o produtor tenha uma bússola sem variações de rumo, tenha tranquilidade e apoio para trabalhar e produzir alimentos e matéria-prima nos 24% de seu território nas áreas já antropizadas, portanto, sem precisar desmatar mais nada, de acordo com as definições constantes do Zoneamento Ecológico Econômico e, mais significativo, propondo liberar 11 milhões de hectares do total de 27 milhões de hectares hoje ocupados pela pecuária para a produção agrícola. Essa atitude e proposta da Faepe e dos produtores, através do “Projeto Preservar”, vai contra o cântico desgastado do ambientalismo nacional e internacional, que até o presente momento só tem um objetivo: sacrificar, matar quem produz no Pará dentro da lei e com competência. O Código Florestal, antes de se ater a punir quem produz, deveria, por uma questão de dever com os interesses do país, estimular e proteger o produtor. ◀



Ilustração: Wilson Vicente



PRECISÃO DE PROFISSÃO

PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

A CARREIRA QUE VOCÊ QUER, O PROFISSIONAL QUE A INDÚSTRIA PRECISA.

SENAI Casa Aberta.

Onde sua iniciativa encontra o sucesso.

De 19 a 21 de outubro SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial estará de portas abertas com uma programação especial voltada para educação profissional, inovação e tecnologia industrial. O SENAI Casa Aberta oferece minicursos, oficinas, palestras e diversas atividades que colocam os jovens em contato direto com o conhecimento e orientam a escolha de uma profissão na indústria. Participe. A construção do seu futuro profissional é a construção de um Brasil com mais iniciativa.

Programação completa no site www.senaicasaaberta.com.br



SENAI

VIDA CORPORATIVA

GRANDE OU PEQUENA. CONSOLIDADA NO MERCADO OU EM CRESCIMENTO. NÃO IMPORTA O PERFIL DA EMPRESA, TODAS DEVEM INVESTIR EM ENDOMARKETING COMO FERRAMENTA PARA GANHAR COMPETITIVIDADE.

Cientistas calculam que 50% da felicidade de uma pessoa são determinados pela genética, 10% pelas circunstâncias de vida e 40% por pensamentos e ações. Uma empresa não tem como interferir na genética de um ser humano, mas pode representar uma circunstância de vida. No entanto, a circunstância de vida significa apenas 10% da felicidade. Além disso, sabemos que a vida não é composta apenas de aspectos profissionais. Existem as questões pessoais que não podem ser determinadas nem depender de uma empresa. Com isso, já perdemos uma parte desses 10% de felicidade.

Mas ainda sobram os 40% relacionados com pensamentos e ações. Talvez uma empresa possa proporcionar a uma pessoa a oportunidade de bons pensamentos e ações, mas certamente não tem como gerir e controlar esse processo, ou seja, a felicidade depende diretamente da pessoa, pois não há como atribuir a uma empresa a responsabilidade pela felicidade de alguém.

No entanto, uma empresa é feita por pessoas e quanto mais pessoas felizes trabalharem nela, melhor será o seu clima organizacional. Esta afirmação parece óbvia, o problema é a quantidade de mal-entendidos que a cercam.

Atualmente uma mesma pessoa desempenha tantos papéis, que se torna impossível atribuir a uma empresa a responsabilidade de motivá-la. Por isso a importância de a empresa manter o seu foco na informação clara e transparente, na informação que gera valor, na informação que

faz o profissional ser importante para a organização. Aqui entra a importância de se investir em endomarketing. As opiniões são da especialista em Endomarketing, Analisa de Medeiros Brum, que também é autora de diversos livros sobre o tema, entre eles o “Endomarketing de A a Z”.

“Endomarketing é mais psicológico do que racional. Não é um jogo de xadrez como é o marketing tradicional. Na verdade, é como um casamento. Fazendo essa analogia, o casamento é muito mais compreensão e cessão do que decisões. No endomarketing, as empresas não se preocupam apenas com os aspectos físicos e materiais, pois estamos lidando acima de tudo com o ser humano, ou seja, é entender e lidar da melhor forma com as pessoas que fazem parte da empresa e fazer com que elas sintam orgulho disso. E isso requer a capacidade de discernir e assimilar aspectos psicológicos, sociais, entre outros.”

MARCELO MENDES, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E MESTRE EM MARKETING

Ilustração: Márcio Euclides



MAS AFINAL, O QUE É ENDOMARKETING?

“Endo”, do latim, significa “para dentro”. A partir dessa palavra já é possível enxergar o principal motivo pelo qual uma empresa deve ter ações de endomarketing: cuidar de quem está dentro da corporação e quem, de fato, a faz.

Para José Galló, diretor presidente das Lojas Renner, o endomarketing é essencial para uma empresa, pois, trata-se de uma oportunidade para que líderes e liderados possam se comunicar por meio de canais estruturados de comunicação. “Quando trabalhado de forma eficiente e profissional, o endomarketing pode tornar o ambiente empresarial mais saudável e, assim, proporcionar realização e felicidade aos profissionais envolvidos”, destaca.

Para o relações públicas Greyke Oliveira, coordenador de Comunicação e Responsabilidade Social da Klabin, o endomarketing é muito importante para assegurar que os colaboradores compreendam e vivenciem o negócio, através de uma relação de trocas que compartilha objetivos e harmoniza interfaces. “É um contínuo esforço comunicativo, tendo a informação como produto e estratégia de aproximação”, explica.

Segundo pesquisa da The Economist, em 2009, junto a 349 diretores, 44% apontam que a cultura interna forte é responsável pela agilidade do negócio, sendo que 33% entendem que essa agilidade advém da informação compartilhada. A percepção interna deriva de um conjunto de ações em sinergia – pesquisas internas, conversas informais, pesquisa de clima, nível de engajamento em atividades propostas.

Marcelo Mendes, professor Universitário e Mestre

em Marketing, aponta que toda empresa precisa de endomarketing. “Não interessa se ela tem 4, 20, 50 ou 2 mil funcionários. Independente do seu tamanho, ou ramo de atuação, seja uma empresa que está começando ou que já esteja no mercado a mais tempo, ela precisa dedicar uma parte dos seus esforços para melhorar o relacionamento com seus funcionários por meio do endomarketing”, explica Marcelo.

Ainda de acordo com o especialista, o crescimento do endomarketing nas empresas brasileiras é irreversível e inevitável, pois não adianta mais as empresas investirem em comunicação e propaganda para o público externo, ou seja, para a sociedade se, ao mesmo tempo, não se comunicarem e se relacionarem da mesma forma com as pessoas que fazem da empresa um sucesso.

“O mesmo conceito que uma empresa vende para fora ela deve vender para dentro do seu ambiente corporativo, pois os colaboradores fazem parte do processo de conquista, encantamento e fidelização desses clientes externos. E tudo que é feito dentro da empresa, seja bom ou ruim, reflete no cliente externo. Por isso é importante o endomarketing, afinal, se o cliente interno está satisfeito, assim ele poderá vestir a camisa da empresa de forma fiel, assim como vai fazer muito bem o seu trabalho”, aponta Marcelo. Os gestores não devem mais fechar os olhos para estas práticas sob risco de perder lucratividade e fechar as portas. E para não correr estes riscos, as empresas precisam estar atentas a todas as nuances do mercado, a todos os sinais que surgem e agregar isso a sua gestão institucional. ➡

O Pará de que fronteiras

OS IMPACTOS DA DIVISÃO DO ESTADO, QUE SERÁ DECIDIDA PELO VOTO POPULAR NO PRÓXIMO DIA 11 DE DEZEMBRO

O CAMINHO ATÉ O PLEBISCITO

5 DE MAIO DE 2011

A Câmara dos Deputados aprovou os dois projetos de Decreto Legislativo para a convocação de plebiscito, uma consulta popular sobre a criação de duas novas unidades da federação, com o desmembramento do Pará em dois novos estados: Carajás e Tapajós.

5 DE AGOSTO DE 2011

O Tribunal Superior Eleitoral realizou audiência pública sobre as instruções que irão regulamentar o plebiscito no Pará, no qual a população do Estado irá opinar sobre a divisão territorial.

13 DE SETEMBRO DE 2011

Começo da propaganda oficial para o plebiscito.

11 DE NOVEMBRO 2011

Começa nas emissoras de rádio e TV a propaganda eleitoral gratuita.

Desde que a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 5 de maio deste ano, os Decretos Legislativos para a convocação de plebiscito sobre a divisão territorial do Pará, paixões e argumentos nos diversos campos são apresentados, na tentativa de preparar os eleitores e convencê-los a votar a favor ou contra a divisão. Mas, afinal, qual será o futuro do Pará? Caberá aos eleitores de todo o estado votarem e decidirem no próximo dia 11 de dezembro.

A Fiepa vem acompanhando o processo desde o início e integra as duas frentes criadas para defender a unidade territorial do Pará. “A Fiepa tomou uma decisão de apoiar o ‘não à divisão do Pará’ porque não há estudos técnicos qualificados que justifiquem as novas fronteiras”, explica o presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento Regional e vice-presidente da Fiepa, José Maria Mendonça.

Para os defensores da unidade territorial do Pará, a conclusão é que unido o Pará avança mais e exemplificam: nos últimos 15 anos, o crescimento acumulado do PIB (produto interno bruto) paraense foi de mais de 160%, o que representa um crescimento da economia paraense bem acima da evolução do PIB brasileiro acumulado, que foi de cerca de 140%. Separados, nenhum dos três Estados poderia apresentar taxas semelhantes. O IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas) construiu uma fórmula para determinar quanto custa a burocracia de um

Estado e quanto se paga para um novo Estado funcionar. Em relação ao estado de Tapajós, vemos que custear a burocracia do novo estado exigiria R\$ 1.484.538.683,43. O Estado do Carajás teria um custo de R\$ 1.706.785.525,55.

Na área social, os argumentos contrários à divisão apontam que os investimentos sociais nos novos Estados tendem a cair, o que significa menos saúde, educação, segurança, assistência social. Há ainda o argumento de que, com a divisão, os três Estados passem a competir entre si, quebrando sistemas e cadeias de produção vigentes, com a instalação de uma guerra fiscal que afastaria vários investimentos dos três Estados.

Os defensores da criação dos novos Estados rebatem com argumentos em favor da separação - desenvolvimentista, identidade social, interesses políticos e extensão territorial. Os separatistas apontam exemplos de divisão de alguns Estados, como o Tocantins, que resultou no crescimento significativo no PIB, influenciando o desenvolvimento da população como um todo. Outro fator importante é a visualização e atenção que o Governo do Estado dá aos municípios do interior. Com a criação dos novos governos, ficaria mais viável ao povo o contato com os seus gestores, já que próximos poderiam obter respostas como mais rapidez e discutir problemas relacionados à saúde e educação, que são os mais questionados no Pará. ⇨

11 DE DEZEMBRO

Dia do plebiscito, que será conduzido e fiscalizado pelo Tribunal regional Eleitoral do Pará. Na urna eletrônica ou na cédula eleitoral, os eleitores irão responder sim ou não a duas perguntas:

Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?

Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Tapajós?

O PASSO A PASSO DO PROCESSO DE DIVISÃO

⇨ O plebiscito para consulta sobre a divisão do Pará e criação dos estados de Tapajós e Carajás foi convocado pelos decretos legislativos nº 136/2011 e 137/2011. A constituição federal prevê que sejam consultadas as populações dos territórios separatistas e a população que perderia parte de seu território. A decisão sobre a divisão territorial do Pará vai obedecer todas as regras da legislação eleitoral.

⇨ O plebiscito de 11 de dezembro não encerra o processo de separação. Após o resultado da consulta popular, se o não for vencedor, o processo é encerrado. Caso a população decida pelo sim, a criação dos novos estados precisa ainda passar por votação na Assembleia Legislativa do Pará, que discutirá os impactos administrativos, sociais e econômicos da divisão.

⇨ Essas informações serão repassadas ao Congresso Nacional. Em Brasília, será elaborado o projeto de lei complementar referente à emancipação dos novos estados. De acordo com a Lei 9.709/98, essa votação no Congresso Nacional deve ocorrer mesmo que a Assembleia Legislativa do Pará não chegue a nenhuma conclusão sobre a criação dos novos estados.

O MAPA APÓS UMA POSSÍVEL DIVISÃO DO ESTADO

PARÁ

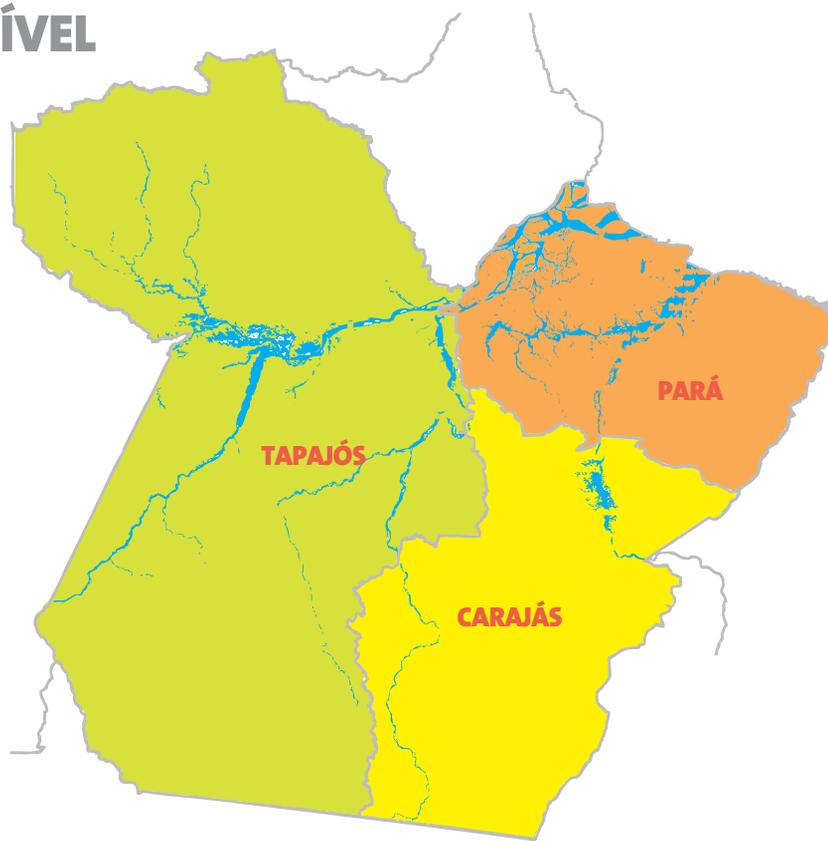
- ↳ 235.532 km² de área (17% do atual estado)
- ↳ 78 municípios
- ↳ 5,1 milhões de habitantes
- ↳ 32,5 bilhões de reais de PIB

TAPAJÓS

- ↳ 722.358 km² de área (58% do território atual)
- ↳ 27 municípios
- ↳ 1,1 milhão de habitantes
- ↳ 6,4 bilhões de reais de PIB

CARAJÁS

- ↳ 289.799 km² de área (25% do território atual)
- ↳ 39 municípios
- ↳ 1,4 milhão de habitantes
- ↳ 19,6 bilhões de reais de PIB



OS CUSTOS TRIBUTÁRIOS DO PLEBISCITO

Mas não resta dúvida de que a criação ou não dos novos estados vai afetar a vida das pessoas principalmente no bolso. Para o tributarista Fernando Scaff, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e sócio de Silveira, Athias, Soriano de Melo, Guimarães, Pinheiro & Scaff Advogados, o sistema tributário é um sistema de vasos comunicantes: arrecada-se de todos – mais de uns do que de outros –, mas o gasto é sempre determinado pela classe política no poder. Isto é mais verdadeiro em um regime federativo, em que se pratica a divisão das competências tributárias e a partilha do montante arrecadado. “No Brasil, a despeito de que a com-

petência para arrecadar o imposto sobre a renda seja da União, quase metade dos recursos arrecadados não fica nos cofres federais, sendo repassado aos Estados e Municípios. Várias destas unidades federadas têm nestas transferências federativas sua principal fonte de receita. Com mais unidades federadas, a fatia que cada qual receberá do bolo será menor e, portanto, o contribuinte será chamado a pagar mais para aumentar este bolo arrecadatório. A carga tributária brasileira aumentará para poder custear este aparato estatal”, explica Scaff.

Ele também analisa os efeitos que a divisão terá para o setor industrial. Para o tributarista, a análise da divisão precisa de maior detalhamento por parte das empresas paraenses, em face do surgimento de maiores custos públicos, mas também pela possibilidade de maior oneração fiscal, fruto das fronteiras políticas que surgirão.

Imaginando que o plebiscito é aprovado, nenhuma outra instância política conteste a decisão e o Pará é dividido, Scaff avalia o impacto para a indústria. “Teremos três fiscos para cobrar impostos no trânsito das mercadorias entre um Estado e outro. Haverá a necessidade de rediscussão de toda a política de incentivos fiscais, junto ao governo de cada Estado. A compra dos insumos existentes entre estes três Estados passará ser mais dificultada”, avalia o advogado.

Fernando Scaff exemplifica a questão com a cadeia do alumínio. “Algumas das minas de bauxita ficarão no Tapajós, mas as indústrias de alumina e de alumínio no Pará. Haverá a cobrança de ICMS interestadual nessa operação? Atualmente, em face do diferimento concedido pelo Pará, este imposto não é cobrado; mas e se forem dois Estados diferentes, este mecanismo prevalecerá?”, questiona. ❏



QUEM SÃO AS EMPRESAS SEGURÁVEIS?

JOÃO GOMES DE SOUZA

PRESIDENTE DA JGS MAUAN

Fazendo um trocadilho, a palavra “segurabilidade” pode ser comparada ao termo “empregabilidade”, que quer dizer a capacidade de se empregar sempre que se perder um emprego. No caso do seguro, as empresas precisam se tornar “seguráveis”, ou seja, precisam de “segurabilidade”. Traduzido em termos comerciais, precisam ser atraentes para os seguradores.

Hoje no Brasil, contratar seguros para certos tipos de empresas se tornou um desafio, não importa se o negócio for de supermercados, centros de distribuição, lojas de departamento, indústrias de processamento de produtos de madeira ou fábricas de colchões. Nos segmentos mencionados, existe um grande risco de incêndio e explosão. A maioria dos empreendedores faz a mesma pergunta: o que aconteceu com as seguradoras que não querem mais fazer seguro? A resposta é simples e é fácil de ser compreendida.

Em primeiro lugar, O Brasil era o único país que mantinha o sistema monopolístico do “resseguro”, uma espécie de seguro do seguro. Em outras palavras, cada seguradora possui um limite de retenção de valor de risco, e qualquer seguro cujo valor em risco ultrapasse este limite, necessita ser ressegurado ou co-segurado e, neste último caso, o seguro fica garantido entre seguradoras. Em janeiro de 2007, o “resseguro” foi quebrado e desde então o IRB, que passou a se chamar IRB-Re, ficou seletivo. Para a surpresa de todos, os resseguradores internacionais, que foram admitidos no Brasil sem ter estatísticas do resseguro no Brasil, se retraíram e deixaram todos na mão.

O IRB-Re passou a aceitar somente os riscos que eram de seu interesse, e como os resseguradores internacionais não assumiram, algumas atividades foram colocadas para fora da política de aceitação do IRB-Re para efeito de contratar resseguro. Atualmente, ainda é possível contratar seguros, porém, em condições muito desvantajosas para os segurados, que agora suportam pesadas franquias para incêndio e lucros cessantes, e ainda têm que se submeter a exigências severas, especialmente no que diz respeito a projetos de capacidade superior de detecção e com-

bate a incêndios. Além disso, as regras de contratação de seguros exigem que a empresa possua cultura de prevenção e combate a incêndios.

Se o empreendimento estiver na faixa de até 10 milhões de reais de valor em risco, ainda está sob os contratos automáticos de resseguro e por esse motivo ainda conseguem alguma flexibilidade para contratar seguros. Se o empreendimento não estiver altamente protegido, provavelmente vai ficar sem seguro, ou terá um custo muito alto para conseguir alguma garantia, que pode vir de forma parcial: com participação obrigatória e franquia de valores tão altos que o segurado se sente participando da cobertura do risco, e é este o objetivo na nova política de seguros de ramos empresariais, ou seja, fazer com que o empresário faça de tudo para evitar prejuízos, para não participar deles.

A transferência total do risco para a seguradora passa a ser coisa do passado. E pelo andar da carruagem, cada vez as regras ficam mais rígidas. Como especialista em seguros de grandes riscos, recomendo a todos que voltem a atenção para os aspectos protecionais como se fossem operar sem seguro, até porque, na prática, isso pode vir a acontecer. Outra providência a ser tomada é evitar reclamar pequenos sinistros, que podem resultar em prejuízo para a seguradora atual, e o resultado é que o risco seja considerado ruim para efeito de seguro. Parece um contrassenso fazer seguro e não utilizá-lo, mas essa é a nova realidade. Apólice com prejuízo é um risco pouco atrativo, e o resultado é pagar um preço muito alto pela renovação do seguro.

Minha palavra final é: todos os empreendedores devem ter uma preocupação para tornar seu empreendimento segurável, ou seja, priorizar a “segurabilidade”. ☑

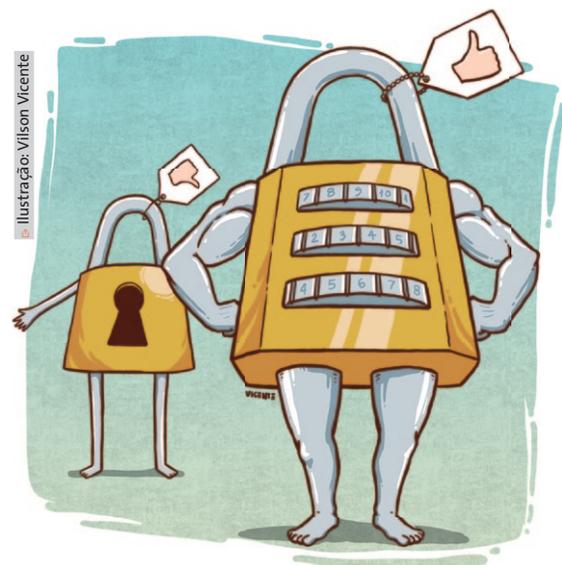


Ilustração: Wilson Vicente



Tarso Sarraf

De vermelho, Danielly Baia, coordenadora de RH da Urbana, e a estagiária Camila: empresa valoriza os universitários

Moldando novos profissionais

APÓS APRIMORAMENTO EM LEI, O ESTÁGIO PASSOU A SER MAIS VALORIZADO PELAS ORGANIZAÇÕES

Em questão de apenas um século, se comparado a toda história de relações trabalhistas, o brasileiro conquistou uma série de direitos e transformou totalmente o ambiente corporativo. Depois das revoluções industriais, técnico-científicas, conquistas e tantas outras mudanças, quem teve as atividades aper-

feiçoadas há apenas três anos foi uma fatia base do mercado: os estagiários.

Em 25 de setembro de 2008 era sancionada a Lei nº 11.788, a Lei do Estágio, que definiu, classificou e relacionou uma série de direitos para os estagiários brasileiros. A partir de então, já foi possível identificar mudanças nas

práticas de estágio das empresas e até mesmo no comportamento destes estagiários. “O estagiário está mais consciente de seus direitos e deveres, bem como acerca do comportamento da empresa diante aos preceitos da lei”, afirma Vanessa Anjos, coordenadora de estágio do IEL – Instituto Euvaldo Lodi no Pará. “Ambos

estão mais comprometidos na adequação daquilo que exige esta lei”, resume Vanessa.

A lei trouxe novas orientações sobre direito a bolsa-auxílio, carga horária e recesso e mudou realmente a concepção sobre aquele que antes possuía a alcunha de “escraviário”. Empresas se conscientizaram do valor deste profissional e estudantes tiveram um incentivo a mais para ingressar, ainda durante a formação, no mercado de trabalho. “Atualmente, é menor o número de contratantes que não cumprem a Lei de Estágio, não aproveitam o estagiário como fonte de novas ideias e o colocam para realizar tarefas fora de sua área de formação”, acredita a coordenadora do Instituto Euvaldo Lodi no Pará.

Mais do que nunca, a nova geração está aí pra mostrar a que veio. E agora, amparada pela lei. “De fato, o estágio é a transformação. O estagiário entendeu que é o momento do aprendizado entre teoria e prática; é a oportunidade de crescimento, de mostrar responsabilidade e comprometimento. O estudante sai da ‘segurança’ da sala de aula para o ‘arriscado’ e ‘feroz’ mercado de trabalho e quer, de fato, se envolver de vez no mundo profissional”, explica Vanessa.

Com Poliana Bentes as coisas aconteceram assim. Ela estagiou no Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), em Belém, e foi contratada depois de um ano de estágio em convênio com o IEL. Poliana se formou em Administração com ênfase em Comércio Exterior e até hoje trabalha no instituto. “Com o estágio, pude aplicar a teoria adquirida em sala de aula junto ao mercado de trabalho, tornando-me uma profissional atualizada e atenta as necessidades do estágio”, conta.

BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE ESTÁGIO

André Reis, coordenador no Ibram, foi quem orientou Poliana no período de estágio e acredita no incentivo a formação de profissionais. “Como as carreiras profissionais são dinâmicas, as empresas necessitam continuamente moldar novos talentos. Neste sentido, o estágio é uma excelente maneira de formar novos profissionais”, explica. Foi pensando dessa forma que o Ibram, Poliana e o Cesupa (Centro de Estudos Superiores da Amazônia), instituição que a então universitária cursava, garantiram o Prêmio IEL de Estágio em 2009, com o trabalho Indicadores Conjunturais da Indústria Mineral na Amazônia.

O Prêmio IEL de Estágio é uma iniciativa nacional do Instituto Euvaldo Lodi para incentivar as melhores práticas de estágio nas empresas. Uma empresa que possui diferencial nesse aspecto é a Urbana Engenharia, que chegou a Belém em 2008 e hoje conta com três estagiários do curso de Serviço Social. Eles atuam nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) e a equipe deve aumentar. “Nós valorizamos o programa de estágio como um indicador de capacitação e formação de profissionais comprometidos eticamente com a construção de uma sociedade mais justa e democrática”, conta Danielly Baia, coordenadora de RH da Urbana. ◀

“Mais importante que o desempenho de uma função, é a atitude do estagiário. As empresas buscam pessoas proativas, que aceitem desafios e valorizem a oportunidade de aprendizado. O prato cheio para os jovens.”

ANDRÉ REIS, COORDENADOR NO IBRAM



☞ **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sinditec**

Presidente: Flávio Junqueira Smith
(91) 3230-3721
flavio@castanhhal.com.br
www.sindindustria.com.br/sinditecpa

☞ **Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Acará – Simava**

Presidente: Oseas Nunes de Castro
(91) 3727-1512 / 3727-1016
madeireiramaais@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/simavapa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará**

Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos
(93) 9121-6220
djvascon@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sigepa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa**

Presidente: Carlos Jorge da Silva
(91) 4009-4985 / 3241-5744
sigepa@globo.com / sigepa@fiepa.org.br

☞ **Sindicato da Indústria de Confeções de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusrampa**

Presidente: Rita Arêas
(91) 4009-4872
sindusrampa@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindusrampa

☞ **Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindmóveis**

Presidente: Neudo Tavares
(91) 3212-3318
sindmoveis@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindimoveispa

☞ **Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa**

Presidente: Antônio Pereira da Silva
(91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001
Email: apereira@agropalma.com.br
www.sindindustria.com.br/sinolpa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa**

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira
(91) 3223-7146 / 3242-7107
simepa@simepa.com.br
mrmarcos@marcosmarcelino.com.br
www.sindindustria.com.br/simepa

☞ **Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará**

Presidente: Ivan Palmeira Anijar
(91) 3210-8800 / 3210-8843
ivanijar@marmobraz.com.br

☞ **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca**

Presidente: Armando José Romaguera Burle
(91) 3241-4588 / 3241-2101
sinpesca@interconect.com.br
sinpesca@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinpescapa

☞ **Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará**

Presidente: Jaime da Silva Bessa
(91) 3224-6621
jaymebessa@hotmail.com

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá – Simaja**

Presidente: Jonas de Castro
(94) 3345-1224 / 3345-1186

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon**

Presidente: Marcelo Gil Castelo Branco
(91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763
secretaria@sindusconpa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindusconpa
www.sindusconpa.org.br

☞ **Sindicato da Ind. de Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá – Sindimar**

Presidente: João Batista Corrêa Filho
Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova
68501-570, Marabá (PA)
www.sindindustria.com.br/sindimarpa

☞ **Sindicato da Indústria de Panificação do Estado do Pará – Sindipan**

Presidente: Elias Pedrosa
(91) 3222-5140 / 3241-1052
sippa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sippa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simene**

Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka
(91) 3721-3835 / 3711-0868
simenepa@hotmail.com / delegaciastanhhal@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/simenepa

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa**

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos
(91) 3224-4142 / 4009-4981
fabio.sinconapa@fiepa.org.br / sinconapa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinconapa

☞ **Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará**

Presidente: Juarez De Paula Simões
(91) 3201-1500 / 3201-1508
juarez.simoes@gruposimoes.com.br
www.sindindustria.com.br/sindbebidasp

☞ **Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas – Sindiserpa**

Presidente: Mario Cesar Lombardi
(91) 3011-0053
sindiserpa@nortnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindserpa

☞ **Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm**

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa
(91) 3225-1788 / 4009-4883
sindipalm@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindipalma

☞ **Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará**

Presidente: Paulo Roberto Mendes
(91) 3222-0339
moinhoesperanca@hotmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento Armado do Estado do Pará – Sindolpa**

Presidente: Lisio dos Santos Capela
(91) 3241-0349
lscapela@gmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur**

Presidente: Angelo Colombo
simatur@mcoline.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará**

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
(91) 3204-1400/1401 / 3204-1430
smdist@amazon.com.br
vendas@grupostamaria.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinqufarma**

Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo
(91) 3241-8176 / 4009-4876
nilson@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinqufarmapa

☞ **Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias, Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará**

Presidente: Helio De Moura Melo Filho
(91) 3711-0868
siapa@linknet.com.br / helio@hilea.com.br
www.sindindustria.com.br/siapa

☞ **Sindicato da Agro-Indústria Tabageira do Estado do Pará – Saitep**

Presidente: José Joaquim Diogo
(91) 4009-4871
www.sindindustria.com.br/saiteppa

☞ **Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua**

Presidente: Cezar Remor
(91) 3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342
sindimade@sindimade.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimadpa

☞ **Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne**

Presidente: Dalberto Uliana
(91) 3225-1128 / 4009-4886
sindicarnepa@sindicarne-pa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindicarnepa

☞ **Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Simade**

Presidente: Rogério Bonato
(91) 3335-1142

☞ **Sindicato das Ind. da Construção e do Mobiliário de São Miguel do Guamá, Irituia Mãe do Rio e Aurora Do Pará – Sincom**

Presidente: Raimundo Gonçalves Barbosa
(91) 3446-2564 / 3446-1184
sicomsmg@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sicompa

☞ **Sindicato da Ind. Madeireira e Moveleira de Tailândia – Sindimata**

Presidente: João Batista Medeiros
(91) 3752-1233 / 3752-1309
sindimata@idnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimatapa

☞ **Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de Castanhal**

Presidente: Roberto Kataoka Oyama
(91) 3721-3835 / (91) 3711-0804
delegaciastanhhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sicmcpa

☞ **Sindicato da Ind. de Serraria, Tanoaria de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar**

Presidente: Dejair Francisco De Oliveira
(91) 3783-1228
org.contabeis@bol.com.br
www.sindindustria.com.br/simmarpa

☞ **Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – Sindirepa**

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes
(91) 3254-5826 / 3244-8844
tecnover2@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindirepa

☞ **Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas**

Presidente: Solange Motta
(91) 3212-2619
sindifrutas@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindifrutasp

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingu – Simbax**

Presidente: Renato Mengoni Junior
(93) 3515-3077
simbaxaltamira@yahoo.com.br

☞ **Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará – Sindiferpa**

Presidente: Leonildo Borges Rocha
(91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884
anaclaudia@sindiferpa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiferpa

☞ **Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará – Simineral**

Presidente: José Fernando Gomes Junior
(91) 3230-4066
andre@ibram.org.br
www.sindindustria.com.br/simineraispa

☞ **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará**

Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira
(94) 3322-1953
sindiletepa@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sindiletepa

QUALIDADE DE VIDA



Para continuar produzindo cada vez mais a sua empresa precisa aproveitar as melhores oportunidades do mercado. No SESI você encontra soluções integradas em saúde, educação, esporte, cultura, lazer e responsabilidade social que atendem as necessidades das empresas industriais, dos trabalhadores e seus familiares.

Venha para o SESI e tenha mais **QUALIDADE DE VIDA**.

Informações: (91) 4009-4900



Acompanhe o SESI nas redes sociais



acesse: www.sesipa.org.br



siga: @SistemaFiepa



curta: SESI Pará



Chegou Vivo Direto.

É mais que rádio.
É ilimitado e com
a maior cobertura
do Brasil.

 **vivo DIRETO**

Com Vivo Direto, você fala ilimitado, em um toque, com qualquer Vivo Direto do Brasil. É a maior cobertura do país para falar direto com seus funcionários, clientes, família e amigos. E você ainda tem todas as outras vantagens do seu Vivo num único aparelho e num único número.

Conheça planos para você e sua empresa em www.vivo.com.br/vivodireto

POR APENAS
R\$ 29,90 /MÊS

vivo
DIRETO

vivo Conexão como nenhuma outra.

Sobre o serviço Vivo Direto: ligações ilimitadas para outros assinantes do serviço Vivo Direto. O valor mensal de R\$ 29,90 é promocional, com tributos, sujeito a alteração conforme legislação. Serviço exclusivo para clientes Vivo GSM Pós-pago e condicionado à aquisição de um terminal PTT (Push-To-Talk). O Vivo Direto é um serviço de valor agregado que permite ao cliente realizar chamadas nacionais para outro assinante do Vivo Direto dentro da área de cobertura da Vivo e possui renovação automática. Antes de contratar o Vivo Direto, consulte o Termo de Uso do Serviço e verifique os aparelhos compatíveis em www.vivo.com.br/vivodireto. A Vivo possui a maior cobertura do país, conforme o site www.teleco.com.br, em 3/5/2011.